

História Administrativa de Cláudio

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de levar ao conhecimento do cidadão claudiense, de forma sintética, mas comprometida com a riqueza do passado, a História Administrativa de Cláudio. É apenas uma introdução à história político-administrativa, pois nunca se esgotará tão abundante fonte de pesquisas e análises. Entretanto, servirá esse texto como fonte de pesquisa inicial para estudantes e leigos que tiverem interesse em entender o presente das relações políticas que envolvem as disputas eleitorais e se dedicarem em analisar as ações administrativas no decorrer dos últimos cem anos.

Apresentaremos, inicialmente, como forma de possibilitar um entendimento amplo da estrutura governamental, uma síntese histórica do Estado de Minas Gerais e, por conseguinte, da região Centro-Oeste mineira, culminando na formação do município de Cláudio, criado em 30 de agosto de 1911, por meio da Lei Estadual nº556.

Num segundo momento, apresentaremos o período em que o Poder Executivo municipal estava nas mãos do Presidente da Câmara Municipal, (1912 – 1930), quando a cidade experimentou seus primeiros passos autônomos e firmes rumo a uma estrutura mais ampla e formadora de uma consciência de cidadania. É notável a participação de um grupo de cidadãos que tomaram para si a responsabilidade de fazer ‘a engrenagem administrativa funcionar’. Entre esses homens está o Cel. Joaquim da Silva Guimarães, a quem a cidade de Cláudio deve grandes louvores e gratidão.

A seguir, estão relacionados todos os Prefeitos que estiveram à frente do Poder Executivo, com suas fotografias e período de gestão. Na tentativa de ilustrar cada um desses períodos, foi apresentado um quadro de síntese nacional e estadual para que o leitor possa compreender a realidade à qual estava inserido cada governo municipal. Nos mesmos quadros municipais, apresentamos as maiores realizações de cada administração, incluindo nessas as de iniciativa estadual ou federal.

Na sequência, apresentamos um quadro ilustrativo das contendas eleitorais, a partir de entrevistas com alguns dos últimos Prefeitos de Cláudio. As experiências vividas nas campanhas e nos pleitos serão destacadas aqui, sem análise especial, apenas para possibilitar o conhecimento de certos aspectos das disputas eleitorais.

E, por último, apresentaremos as maiores realizações da administração atual, em seus dois períodos de governo à frente de nossa cidade.

Daniel Sampaio Teixeira

Capítulo I - Um pouco da História de Minas e de Cláudio

(a) Criação da Capitania de Minas Gerais

Os primeiros habitantes de Minas Gerais eram membros de uma das mais famosas nações indígenas brasileiras — os Cataguás (Catauás). Foram bastante conhecidos pelo terror que causaram aos paulistas — bandeirantes — e por terem ocupado toda a região das nascentes do rio Pará à Serra do Itatiaiuçu, sertões do Pium-í e Tamanduá (Itapecerica). Diogo de Vasconcelos, autor de “História Antiga de Minas Gerais”, descreveu nessa obra o período, mostrando as dificuldades enfrentadas pelos

primeiros exploradores dessas terras, quando as constantes guerras deslocavam as tribos indígenas e abriam novos caminhos para o interior.

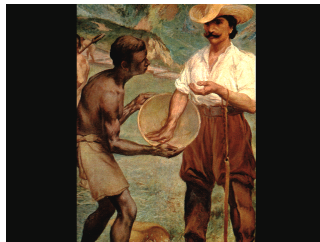
Num período em que o nordeste açucareiro era o grande centro produtor e exportador brasileiro, as demais comunidades espalhadas pelo litoral sul do país viram-se forçadas a procurar outros meios de enriquecimento, de uma maneira móvel e desbravadora do interior. Um desses meios — as Bandeiras —, além de desenhar as novas fronteiras a leste, favoreceu o surgimento da “*ideologia da iniciativa privada, do espírito empreendedor e indomável e da auto-suficiência*”, colocando-se a serviço da colonização (segundo Luiz Roberto Lopez, em “História do Brasil Colonial”).

A primeira fase do período conhecido como bandeirismo foi aquela caracterizada pela caça aos índios que serviriam de escravos tanto nas bandeiras como nas vilas que se formavam em São Paulo. A segunda fase se deu em decorrência da primeira, pela própria experiência adquirida pelos bandeirantes na penetração do interior da colônia.



Bandeirantes enfrentando indígenas

A partir do momento em que o Nordeste deixou de dar o lucro esperado, a Coroa portuguesa investiu na contratação de técnicos espanhóis que ensinaram aos paulistas os segredos da prospecção aurífera e estes, deixando para trás o caráter aventureiro das antigas missões, iniciaram um processo quase estatal. Homens como Fernão Dias Paes Leme, Antônio Dias, Pascoal Moreira Cabral e Lourenço Castanho Taques estão entre aqueles empreendedores das jornadas que modificaram as fronteiras do país, deslocaram o eixo econômico colonial do Nordeste para o Centro-Sul, criaram uma nova sociedade e deram origem às primeiras cidades das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Era o início do ciclo do ouro.



Controle da Extração de Ouro

No sentido de controlar o movimento e a exploração aurífera, o governo português tomou várias medidas administrativas e algumas proibitivas de grande importância. Entre as administrativas, ressalta-se o “alvará de 2 de dezembro de 1720 que criava a capitania de Minas Gerais, instalada por seu primeiro governador, D. Lourenço de Almeida, em 18 de agosto do ano seguinte.”



Divisão do Brasil em Capitanias

(b) Declínio da exploração aurífera

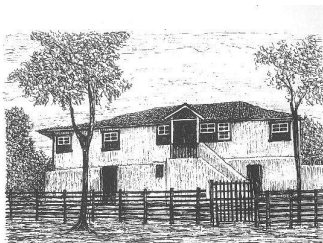
Por volta de 1760, a extração do ouro começou a dar evidentes sinais de decadência. Segundo José Vieira Couto, em *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais (...)*, “O ano de 1763 foi um marco da crise que se anunciava: pela última vez, foi completada a cota de cem arrobas anuais.” Alguns autores consideram até que 1750 marca ao mesmo tempo o auge e o início do declínio da produção aurífera brasileira. “Estando em decadência econômica e totalmente voltado para o ouro de Minas Gerais, Portugal começou a aplicar sistematicamente uma política mercantilista rígida no Brasil.”, complementa Luiz Roberto Lopez, em sua obra já citada. O monopólio do comércio com Portugal e as leis que limitavam preços ou restringiam a produção, culminando com a proibição de manufaturas no Brasil, levaram a Colônia a concentrar seus esforços na agricultura, além da atividade mineradora já muito desgastada.



Ouro fundido, preparado para ser transportado.

(c) Crescimento populacional de Oliveira

Aos poucos, foi surgindo no Brasil uma ampla produção transformada, à base de tecidos e metalurgia, ao lado de um importante setor de produção de alimentos, desde muito tempo, voltada para o abastecimento interno. Oliveira, por exemplo, explorava a pecuária, comercializando gado para o Rio de Janeiro. Segundo Luis Gonzaga da Fonseca, em “História de Oliveira”, “*Gado de toda a parte ocidental de Minas, inclusive das pastagens oliveirenses (fazendas: Jacaré, Bom Jardim, Sobrado, Diamante)*”, abasteciam a Capital do Império que já possuía algo em torno de 113 mil pessoas. Oliveira possuía, em 1826, segundo Revista do Arquivo Público Mineiro, Fasc. I, ano II, pág. 54, — 2.079 habitantes.



FAZENDA DO SOBRADO

Fazenda do Sobrado (construída em 1702)
Desenho de Heraldo Laranjo Mendonça.

(d) Evolução Administrativa de Oliveira

Oliveira que era curato (povoação pastoreada por um vigário) desde o final do século XVIII, só foi ‘elevada’ à condição de Freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, em 1832, no dia 14 de julho, através de decreto assinado pelo Padre Diogo Antônio Feijó, portanto, no período em que o Brasil foi governado pelas Regências - (Coleção das Leis e decisões do Império do Brasil. - págs. 31-34). A aprovação por parte da

Igreja veio a ocorrer em 19 de julho de 1838, tendo como vigário colado o cônego Pedro Meireles de Barros, cuja posse ocorreu em 24 de junho de 1839.

Administrativamente, percebe-se que as principais datas do município são quase coincidentes com as de iniciativa religiosa. Em 14/07/1838 foi elevada à condição de Distrito; o Município foi criado pela Lei nº134 de 16/03/1839, e sua instalação se deu em 09/06/1840. Faziam parte dele as freguesias do Amparo e Passa Tempo e foram incorporados, depois, os arraiais de São Francisco de Paula, Japão, Cláudio, Ermida do Carmo da Mata, Santana do Jacaré, Perdões, Cana Verde, São João Batista e Vila do Bom Sucesso.



Prédio da Prefeitura de Oliveira (1910)

(e) O Distrito de Cláudio

Para se conhecer um pouco do arraial de Cláudio, antigo distrito de Oliveira, foi necessário um aprofundamento nos livros de registros da antiga Câmara Municipal de Oliveira, livros esses localizados no Arquivo Público Municipal de Oliveira. Com o título: “Negociantes do Distrito de Cláudio, em 1892”, há uma relação dos homens negociantes, com a natureza de seu negócio, o valor do imposto que pagaram ao município de Oliveira, a data do pagamento, nº do talão e algumas observações. Nesse documento deparamos com informações que demonstram o estilo de vida do povo claudiense e identificam os mais importantes ‘senhores’ de Cláudio:

– *Eram 30 proprietários de comércio que negociavam: tecidos, gêneros do país (sal, farinha, arroz, feijão, etc.), e aguardente; entre eles dois farmacêuticos (Cristóvão de Freitas Mourão e Clarimundo Agapito Paes)*

– *62 fazendeiros com licença de pesos e medidas e com engenhos de bois ou de água. (entre esses fazendeiros estão: Domingos da Silva Guimarães, José Gonçalves Ferreira Primo, Ten. Cel. João José da Cunha Santos, Cap. Manoel Luis de Amorim)*

– *57 propriedades urbanas sujeitas ao Imposto Predial e Territorial (que se localizavam na Rua do Rosário, no Largo do Rosário, na Rua Direita, Largo da Matriz e Rua Santa Luzia)*

No mesmo livro, nas anotações de impostos em 1894, percebe-se claramente um aumento do número de contribuintes:

– *os proprietários de comércio passam de 30 para 43;*

– *os fazendeiros, de 62 passam para 67;*

– *quanto às propriedades urbanas, há o acréscimo de duas (de Anna Bernardes Rocha e de Joaquim da Silva Guimarães – este, o Quinca Barão, com sobrado na Rua Direita).*

(f) Organização administrativa do Distrito

A resolução nº1, de 07/07/1890, (Estatuto Municipal) que trata do Regimento Interno da Câmara Municipal de Oliveira, enumera as principais características da instituição:

I – O município divide-se em distritos;

- II – O município é regido pela Câmara Municipal;
- III – O distrito é regido pelo Conselho Distrital;
- IV – A Câmara e os conselhos funcionam em íntima dependência e harmonia;
- V – As funções deliberativas são exercidas pela Câmara;
- VI – As funções executivas são exercidas pelo Presidente da Câmara;
- VII – A Câmara de Oliveira tem 11 vereadores (1 é presidente)
- VIII – Os vereadores são gerais e distritais.

Segundo esse estatuto, o Agente Executivo era o Presidente da Câmara, eleito pelo povo e com mandato cumulativo e expreso. Ou seja, o povo em referência era uma Assembléia Municipal composta de membros ‘natos’ e ‘contribuintes’. Entre os natos, estavam aqueles pertencentes aos Conselhos Distritais. Por exemplo, em Cláudio, em 1899, esses membros eram: João Cândido de Moraes Castro, João Paulo de Amorim Pereira, Francisco Pereira Barroso, Israel Teixeira Pinto e João José Rabelo.



João Cândido M. Castro

João Paulo Amorim Pereira

Francisco Pereira Barroso

Israel Teixeira Pinto

Como foi informado, o número de vereadores era de 11, elegendo cada distrito um vereador especial. Esse vereador era um dos três membros de cada Conselho Distrital. A resolução nº43, de 1900, aumentou o número de membros dos Conselhos Distritais para 5 (cinco). Importante destacar que o Agente Executivo não recebia vencimento algum, tendo somente uma verba (em torno de 350 mil réis) para expediente de sua secretaria, em cada exercício.

Ainda em relação ao Estatuto Municipal, estabelecia-se que “nenhuma profissão, arte, indústria ou ofício poderia ser exercido sem a respectiva licença da Câmara”. Todos os impostos eram pagos no mês de janeiro, ficando o infrator sujeito a multa de 30% e o dobro nas reincidências, do valor do imposto vencido, além da obrigação de pagar este integralmente. Os lançamentos de impostos eram feitos pelos Conselhos Distritais e remetidos à Câmara, por todo o mês de setembro de cada ano. Eram isentos de pagar impostos de indústria e profissão: a indústria de mineração, os sacerdotes, os artistas sem estabelecimento, os jornaleiros (aqueles que trabalhavam por jornada) e operários, os que trabalhavam em oficina própria para si somente ou com mulher e filhos, sem outros aprendizes ou oficiais.

Outra Resolução (nº4 de 15/09/1892) determinava que coubesse ao tesoureiro municipal, além da obrigação de receber os impostos à boca do cofre, incumbir-se de sair em arrecadação dos mesmos por todos os distritos, nos dias em que pudesse ser dispensado de comparecer na secretaria.

Em janeiro de 1905, a Resolução nº59 que reorganizava a Secretaria Municipal, criou o cargo de agente municipal na sede de cada distrito; um zelador de abastecimento de água em cada distrito; foi suprimido o cargo de fiscal dos distritos. O agente municipal ficava responsável por: arrecadar multas; fiscalizar as construções; fazer aferição de pesos e medidas; fazer inspeção de higiene pública (em casas de negócios,

hotéis, açougues, padarias, etc.); inspecionar os vendedores ambulantes; fiscalizar a existência de formigueiros e extinguí-los; zelar pela proibição de divagação de animais; zelar pela conservação de prédios públicos, postes de iluminação, chafarizes, árvores plantadas em logradouros públicos, pelo escoamento de águas pluviais, pelas estradas públicas; zelar pela parte externa das casas e terrenos particulares. Também verificar as infrações do Estatuto Municipal e providenciar os autos de infração. Receber os impostos eventuais, cuja arrecadação lhe fosse conferida (gratificação de 5%).

(g) As receitas e despesas do Distrito de Cláudio

As receitas do município de Oliveira consistiam em 8 itens apenas: imposto de indústria e profissão; imposto de anéis de água; imposto de trânsito de carros; impostos eventuais; dívida ativa; impostos da União e do Estado; impostos prediais e os de transmissão de propriedades.

No registro das despesas, constava a quota distribuída aos Distritos. Em 1897, a receita orçada para o Distrito de Cláudio era de R\$5:100.000 (cinco contos e cem mil réis). Em 1901, a quota dos Distritos era de R\$14:500.000, sendo que para Cláudio coube R\$3:500.000. Naquele mesmo ano, a receita orçada pelo Conselho Distrital era de R\$6:000.000 (seis contos), ou seja, além do repasse da Câmara de Oliveira, Cláudio tinha que contar com boa arrecadação para suprir suas despesas.

(h) Melhoramentos no Distrito de Cláudio

Em 28/05/1894, a Resolução de nº31 determinava: “Concessão ao engenheiro Antônio Maria de Albuquerque O’Connel Jersey do privilégio exclusivo, por 25 anos contados da data da inauguração do tráfego, para construção, uso e gozo de uma via férrea, com bitola de 0,76 m, que partindo de Carmo da Mata, se dirigisse ao ponto mais conveniente do Distrito de Cláudio”.

Em 12/03/1897, a Resolução nº51 autorizava ao Agente Executivo Distrital de Cláudio contrair empréstimo de 6 contos de réis, destinado à canalização de água potável do distrito. Segundo a mesma resolução, os juros seriam garantidos pela Câmara (7% ao ano) e a amortização seria de 20%, a partir do 2º ano, descontados da quota pertencente ao Distrito. O projeto nº41 do ano posterior elevou esse empréstimo para 20 contos.

O projeto de nº27, de 05/01/1899, tratou do regulamento das escolas municipais, quando se tornou obrigatório o ensino religioso.

O projeto nº39, de 09/09/1899, destinou a quantia de R\$2:500.000 (dois contos e quinhentos mil réis), para auxílio no conserto da rua Santa Luzia e construção de uma ponte sobre o Ribeirão de São Bento, na estrada entre Gonçalves Ferreira e Cláudio.

Em 14/09/1900, a resolução nº41 criava uma cadeira de instrução primária do sexo masculino, sob denominação de “Escola Municipal João Alves”, no povoado denominado ‘Cachoeira dos Custódios’, no distrito de Cláudio.

No orçamento da Câmara Municipal de Oliveira, a quota referente a Cláudio foi de R\$3:520.000, enquanto que a quota de Carmo da Mata foi de R\$1:800.000; a de São Francisco de Paula foi de R\$1:980.000; a do Japão foi de R\$1:600.000; a de Passa Tempo foi de R\$1:600.000 e a de Santana do Jacaré foi de R\$1:000.000.

Um projeto de isenção de impostos, apresentado por Clarimundo Agapito Paes e Joaquim Vieira Mendes Jr., em 31/07/1907, demonstrava o interesse de se promover o desenvolvimento dos Distritos. Dizia: “Oferece isenção de impostos municipais a toda indústria que se estabelecer nos distritos, no prazo de seis meses, por espaço de 4 anos.”

(i) A emancipação

Diferentemente do que alguns afirmam a emancipação de Cláudio não foi uma conquista individual atribuída ao Coronel Joaquim da Silva Guimarães e ao farmacêutico Clarimundo Agapito Paes. O processo é muito mais amplo e estava contemplado na Constituição do Estado de Minas Gerais, datada de 1891.

Entre os dispositivos da Carta Magna do Estado de Minas Gerais, *determinava o artigo 112 que “a divisão política, municipal e judiciária não poderá ser alterada senão no termo de cada decênio”. E a lei nº2 de 14/09/1891, que dispôs sobre a organização municipal, estabeleceu também condições para a criação de distritos e municípios. Exigia-se, então, para criação de distrito, população não inferior a 1.000 habitantes (...). A criação de município dependia da existência de população não inferior a 20.000 habitantes e de edifícios públicos na futura sede para a Câmara Municipal e instrução pública.*

Em 1901 processou-se a primeira divisão administrativa sob o novo regime, estabelecida pela lei nº319, de 16 de setembro, sendo criados 12 municípios (...).

Em 1911, justamente dez anos após a divisão anterior, foi decretada a divisão territorial estabelecida pela lei nº556, de 30 de agosto, com a criação de 40 novos municípios (...). Pela mesma lei foram criados 65 distritos.

*A lei nº556, além do seu objetivo principal de criação de novos distritos e municípios, salientou-se pelo fato de haver sido a única a cumprir o mandamento constitucional do artigo 112, de observância do decênio para a decretação das revisões do quadro territorial. (Essas informações foram retiradas do livro: *Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa*. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997. Págs. 30 e 31, de autoria de Joaquim Ribeiro Costa).*

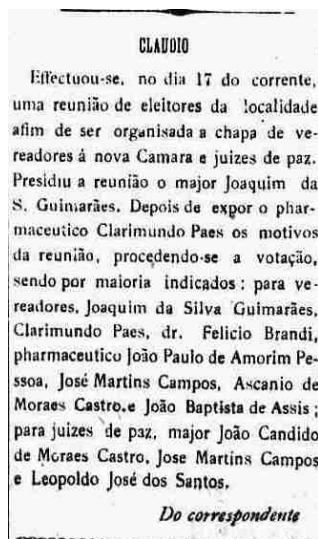
Quanto ao período compreendido entre a lei 556 de 30 de agosto de 1911 e a instalação da Câmara, em 1º de junho de 1912, podemos afirmar que se trata da organização prática e local do novo município, pois não bastava apenas uma lei para que a vida política e administrativa mudasse. Era necessário organizar a estrutura física para receber vereadores, promover encontros políticos com o objetivo de se preparar o pleito que definiria a nova Câmara Municipal de Cláudio e estudar as demandas de uma população cheia de sonhos e expectativas.

Esses nove meses, coincidentemente, foram uma gestação para a vida política de Cláudio. Nascia um novo município. Mesmo assim, alguns assuntos administrativos ainda foram discutidos e encaminhados em Oliveira. Por exemplo, consta um requerimento de 23/02/1912, dos cidadãos Antenor de Castro e Rabello Costa dirigido ao Sr. Dr. Diretor da Ferrovia Oeste de Minas, solicitando sua benéfica intervenção no sentido de serem feitos estudos do prolongamento do ramal de Cláudio a Entre Rios, pelo Distrito do Japão. Sabemos que tal extensão não foi executada, mas esse requerimento representa um vínculo que já se fazia tênue, quase rompido. (Documento avulso, encontrado no Arquivo Histórico Municipal de Oliveira)

Nesse mesmo mês de fevereiro de 1912, quando Cláudio se preparava para a instalação de sua Câmara Municipal, ainda se verificava a presença do Coronel Joaquim da Silva Guimarães e de Clarimundo Agapito Paes em reunião da Câmara de Oliveira, assinando moções e requerimentos apresentados em sessão extraordinária.

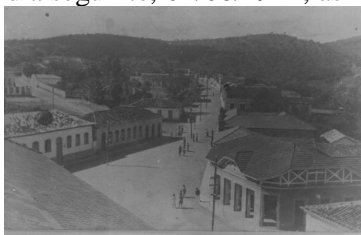
(j) A preparação para Instalação da Câmara

O Jornal Gazeta de Oliveira, do dia 31/03/1912, em sua primeira página, noticiou: “Efetuou-se, em 17/03/1912, reunião de eleitores da localidade a fim de ser organizada a chapa de vereadores à nova Câmara e juizes de paz. Presidiu a reunião o major Joaquim da Silva Guimarães. Depois de expor o farmacêutico Clarimundo Paes os motivos da reunião, procedendo-se a votação, sendo por maioria indicados: vereadores: Joaquim da Silva Guimarães, Clarimundo Paes, Dr. Felício Brandi, João Paulo de Amorim Pessoa, José Martins Campos, Ascânio de Moraes Castro e João Batista de Assis. Juizes de paz: Major João Cândido de Moraes Castro, José Martins Campos e Leopoldo José dos Santos.”



Notícia sobre a organização da nova Câmara de Cláudio.
Jornal Gazeta de Minas – 31 de março de 1912.

Nos dias 24 e 31/05/1912, foram realizadas duas sessões preparatórias, sob a presidência do Coronel Joaquim da Silva Guimarães, para verificação de poderes dos vereadores diplomados. A reunião foi realizada numa das salas da Escola do Sexo Masculino, que funcionava numa casa de propriedade de Edgar Amorim Pereira, conhecido como ‘Galdo’. Na segunda e última sessão, foi marcada a instalação do Município de Cláudio para o dia seguinte, 01/06/1912, às 12 horas.



Vista do centro da cidade com o local de reunião da Câmara em primeiro plano, à esquerda.

O mesmo jornal Gazeta de Oliveira informava em 09/06/1912, na 1ª página, na coluna ‘Vila de Cláudio’:

Roteiro das festividades comemorativas da instalação do novo município:

- 4 horas da manhã: salva de vinte e um tiros de pólvora com hasteamento da bandeira nacional;

- 9 horas: na gare da estação de trem, chegada dos convidados (deputado Ferreira de Carvalho, Dr. Francisco Salles, Coronel João Alves de Oliveira, Sr. Olympio de Castro), com discursos e banda de música.

- almoço na casa do Sr. Antônio Guimarães

- missa celebrada pelo Vigário João Alexandre e procissão do crucifixo em direção ao prédio da Câmara para sua inauguração.

- primeira sessão solene da Câmara, com eleição do Presidente da Câmara (Sr. Joaquim da Silva Guimarães) e eleição do vice (Clarimundo Paes) e secretário (Dr. Felício Brandi).

Estava assim, inaugurada uma nova vida para os claudienses. A ‘independência’ trazia a realização de sonhos e a esperança sempre crescente de desenvolvimento e o fortalecimento do sentido de identidade ligada à terra natal, tão importante para um novo município mineiro.



Vereadores da 1ª Câmara: Joaquim da Silva Guimarães, Clarimundo Agapito Paes, Dr. Felício Brandi, José Gonçalves Ferreira Primo, Ascânio Cândido de Moraes Castro e João Batista de Assis.

Capítulo II – A era do Quinca Barão

(Presidente da Câmara e Chefe do Poder Executivo – Cel. Joaquim da Silva Guimarães – 01/06/1912 a 26/09/1930)



Cel. Joaquim da Silva Guimarães

A nova Câmara, sob a eficiente presidência do Coronel Joaquim da Silva Guimarães lutou e conseguiu muitos avanços para a vida sócio-econômica da cidade. A Estrada de Ferro Oeste de Minas estava chegando ao município, sendo a Estação inaugurada em 08 de Junho de 1912. Garantia-se, assim, mais facilidade ao escoamento da produção de café e uma interligação mais rápida com outros municípios. Na mesma época, inaugurava-se o Grupo Escolar, em terreno doado pelo Cel. Joaquim da Silva Guimarães, — depois, o estabelecimento teria o nome do coronel, em homenagem, tendo a instalação ocorrida em 28/02/1915.



Grupo Escolar inaugurado em 1915.

Joaquim da Silva Guimarães nasceu em 21 de maio de 1868, na cidade de Cláudio, sendo o filho caçula de Domingos José da Silva Guimarães e D. Inês Perpétua de Jesus.

Contrariando os desejos paternos, para que seguisse a carreira militar, Joaquim, depois de estudar no Caraça e em Ouro Preto, preferiu dedicar-se à fazenda e negócios.

Casou-se com Florescena Teixeira Guimarães, Dona Cecena, ex-noiva de seu irmão Teotônio, que faleceu logo após formar-se em Medicina, no Rio de Janeiro. Joaquim tinha 24 anos e Florescena, 16. Foram morar na Fazenda da Praia. Tiveram os seguintes filhos: Inês, Domingos, Custódio, Maria, José Primeiro, Antônio, Teotônio, Manoel, Francisco, Joaquim, José Segundo, José Terceiro, José Quarto e José Quinto.

Joaquim foi o 1º presidente da Câmara, cargo que equivalia ao de Chefe do Executivo Municipal; e que manteve de 1º de junho de 1912, até 26 de setembro de 1930. Durante esse período, teve como auxiliar direto o Sr. Antônio Rocha Santiago.

Naquele tempo, sensível ao setor social, ao cultural e ao educativo, a Câmara Municipal já subsidiava a Conferência Vicentina, a Lira Municipal e a Caixa Escolar. Em 1924, o serviço de canalização de água foi implementado e demais serviços como telefonia, eletricidade (Usina do Corumbá), saúde pública e educação, constavam do orçamento anual do município. No início da década de 1930, o Quinca Barão tinha terminado de construir, com recursos próprios, o prédio da Santa Casa (onde hoje funciona o Ginásio Quinto Alves Tolentino) e, devido à crise do café, não pôs em funcionamento.

Ele, como tantos outros, foram surpreendidos por uma revolução que iniciou uma nova página na história brasileira. Ainda assim, Joaquim participou do Conselho Consultivo e de um pequeno período da Câmara, de 08 de agosto a 13 de outubro de 1936, quando faleceu, aos 68 anos de idade, vítima de uma gangrena na perna. Foi uma vida voltada para o crescimento e prosperidade de Cláudio.

No final da década de 1920, época de grandes modificações na desgastada estrutura política do país, Cláudio também sentiu os seus reflexos. A crise do café atingiu os grandes fazendeiros da região e, em 24 de outubro de 1930, com a deposição do presidente Washington Luís, foi muito aplaudida a derrubada da velha estrutura oligárquica, enterrando os decrépitos 41 anos de República Velha. Caiu a República Oligárquica, o coronelismo perdia a força, mas a cidade sempre se manteve amiga do Coronel.

Capítulo III – A Prefeitura funciona com o Conselho Consultivo

1º Prefeito: Dr. Antônio Figueiredo Starling (12/12/1930 a 21/06/1931)



Antônio de Figueiredo Starling

Antônio Figueiredo Starling nasceu em Baldim/MG, em 16 de maio de 1896. Mudou-se, com seus pais, para Sabará e mais tarde formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, em dezembro de 1925. Clinicou em Cláudio por 18 anos e aqui se casou com Dona Dalila Teixeira Starling, com a qual teve 7 filhos. Residia na Praça dos Ex-Combatentes, ao lado da Casa Amorim.

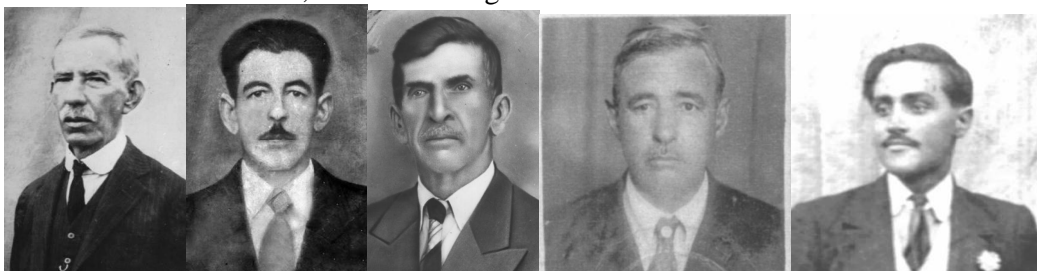
Dr. Starling foi médico dedicado, acessível e democrata. Trabalhou muito pela construção de uma casa de saúde e, mesmo não conseguindo, não poupou esforços nesse sentido. Faleceu em 19 de agosto de 1963.

Com a vitória da revolução de 1930, desencadeada pela Aliança Liberal, a vida política do município sofreu radical transformação. Em consequência, o Coronel Joaquim da Silva Guimarães foi substituído pelo Dr. Antônio Figueiredo Starling, nomeado Prefeito pelo presidente Olegário Dias Maciel. Substituindo a Câmara Municipal, o governo do Estado criou nos municípios os Conselhos Consultivos, cujos membros também eram nomeados.

No início, o governo provisório teve que enfrentar uma séria situação econômico-financeira, decorrente da crise mundial de 1929, pois esta, além de fazer baixar muito os preços dos produtos brasileiros de exportação, determinou uma retração do mercado e do crédito internacional. O café, nosso principal produto de exportação, foi atingido duramente.

Em Cláudio, sem o Quinca Barão como chefe do Executivo, o município experimentou uma administração diferente, um pouco presa às determinações estaduais, durante o chamado “Conselho Consultivo”. O Prefeito, Dr. Antônio Figueiredo Starling tomou posse em 12 de dezembro de 1930.

O Conselho Consultivo iniciou suas atividades em 01/01/1931. O Dr. Starling tinha como Conselheiros: José Cândido de Moraes Castro, Manoel Salomé de Oliveira, Teotônio Pio da Fonseca, José João Gregório e Paulino Prado.



Conselheiros: José Cândido de Moraes Castro, Manoel Salomé de Oliveira, Teotônio Pio da Fonseca, José João Gregório e Paulino Prado.

Principais realizações:

- a) aprovação do Decreto Municipal nº44 de 10/01/1931, que trata da Lei de Receita e Despesa para o exercício corrente e quadro de impostos;
- b) supressão das escolas rurais municipais e dispensa dos professores dessas escolas;
- c) medidas de combate à malária;
- d) formação do quadro de funcionários municipais que constava de Secretário (que também era coletor tesoureiro e escriturário da Luz), Fiscal geral, zelador de água, eletricitista da usina, auxiliar de eletricitista da usina, eletricitista da distribuidora, fiscal do distrito de Itamembé;
- e) organização do ‘Núcleo Legionário’ de Cláudio (com elementos saídos do extinto PRM).
- f) Contratação do Sr. José Victor Hamacek, para executar a contabilidade do município.

g) Foi criada a rubrica Saúde Pública, com a verba de cinco contos de réis, visando à organização de um posto de profilaxia (contra o impaludismo, a verminose, a malária e outros males)

h) Modificações na iluminação pública, com troca de lâmpadas.

* Necessidades previstas: – Pagamento da dívida do município; – Posto de profilaxia; – Levantamento da planta da cidade e do distrito; – Abastecimento de água; – Abrir estradas de automóveis; – Construir redes de esgotos pluviais e domiciliares; – Construção de pontes, cemitério e paço municipal; – Instalar rede telefônica municipal e intermunicipal; – Aquisição de uma tipografia municipal; – Calçamento e embelezamento da cidade; – Construção de açougue municipal; – Melhoria do matadouro municipal; – Colocação de placas nas ruas e nas casas; – Instalação de força e luz no distrito de Itamembé; – Abertura de uma agência bancária.

2º Prefeito: Pedro Queiroga Martins Pereira (22/06/1931 a 07/12/1934)



Pedro Queiroga Martins Pereira

Natural de Antônio Dias, antigo distrito de Ouro Preto, Pedro Queiroga Martins Pereira nasceu em meados do século XIX e viveu naquela região durante sua infância, tendo concluído seus estudos básicos no Liceu Mineiro, em Ouro Preto. Formou-se em Engenharia também na antiga capital da Província de Minas Gerais e, em 25 de Junho de 1867 foi nomeado para o cargo de ajudante na 4ª Seção da Secretaria da Presidência da Província de Minas Gerais.

Exerceu o cargo de Secretário da Presidência da Província de Minas Gerais, por ocasião da administração de Luiz Eugênio Horta Barbosa, durante muitos anos, assinando diversas Leis de elevação de freguesias e distritos à condição de vila e cidade, a exemplo de Passa Quatro, Dom Viçoso, entre outras. No ano de 1882, enquanto ocupava o cargo citado, escreveu o livro: “Contratos celebrados pela presidência da província de Minas Gerais para construção de estradas de ferro, navegação de rios, estabelecimentos bancários e outros serviços mediante privilégio, com garantia de juros ou subversão quilométrica”, espécie de compilação das leis relativas ao assunto do título. Esse trabalho minucioso foi feito por meio de contrato com a Presidência da Província e foi prorrogado em 1884, para sua continuidade.

Em 16 de agosto de 1889, por meio da Lei Mineira nº3728, foi aposentado pela Presidência da Província, quando possuía o título de Major.

Com o advento da República, em 1890, foi nomeado Agente Auxiliar, na seção de Minas Gerais, pela Diretoria Geral de Estatística, do Ministério do Interior. Alguns anos depois, com a inauguração de Belo Horizonte, foi admitido na Prefeitura da nova

capital do Estado de Minas Gerais, onde trabalhou até sua nomeação para ocupar o cargo de Prefeito de Cláudio no período de 22/06/1931 a 19/05/1936 (relatado abaixo).

Após esse período, também foi prefeito de Nova Resende e de Barão de Cocais. Faleceu em Belo Horizonte; está sepultado no cemitério do Bonfim.

Em 22 de junho de 1931, o Sr. Pedro Queiroga Martins Pereira tomou posse no cargo de Prefeito de Cláudio. Foram nomeados pelo Prefeito para o Conselho Consultivo: Joaquim da Silva Guimarães, Clarimundo Agapito Paes (secretário), João Paulo de Amorim Pereira e Joaquim de Souza Barroso (distrito de Itamembé). José Bernardino de Souza foi indicado para o cargo de Tesoureiro.

Na reunião seguinte, (23/06/1931), o Sr. Joaquim de Souza Barroso pediu para ser substituído por Fernando Prado (do sub-núcleo Legionário de Itamembé).



Conselheiros: Joaquim da Silva Guimarães, Clarimundo Agapito Paes, João Paulo de Amorim Pereira, Fernando Prado e José Bernardino de Souza.

Foi apresentada pelos Conselheiros ao Prefeito a relação dos nomes das pessoas que devem constituir o corpo de novos funcionários da Prefeitura, bem como das pessoas a serem nomeadas autoridades policiais, Juízes de Paz e carcereiro.

Principais realizações:

a) Prefeito foi autorizado a adquirir um cofre para a Prefeitura. O Prefeito foi autorizado pelo Conselho a alugar um prédio para funcionamento da Prefeitura, “visto ter verificado que o do Fórum não oferecia as comodidades necessárias”.

b) fim da taxa de instalação de pena de água.

c) reconstrução da ponte sobre Córrego do Lava-pés;

d) construção completa da ponte sobre o Córrego do Sobrado;

e) medida higiênica no sentido de evitar novos surtos de impaludismo;

f) mudanças administrativas e contábeis que resultaram em aumento de receita;

g) melhoramento ou remodelação do abastecimento de água potável;

h) construção de redes de esgoto, calçamentos de ruas, praças; construção de estradas;

i) pagamento de dívida assumida pela extinta Câmara (instalação elétrica);

Na administração do Prefeito Pedro Queiroga Martins Pereira, foi feita uma limpeza geral na Praça central da cidade (hoje, Praça dos Ex-Combatentes) e foi construído um muro de arrimo (o Paredão), na área próxima à descida para o bairro do Valongo e, assim, pôde-se nivelar a praça. Nessa limpeza, foi demolido e retirado o cemitério, contra a vontade do Padre João Alexandre de Mendonça, então pároco de Cláudio. Nessa administração, o jardim ganhou uma ornamentação de cipreste que permaneceu até 1960.



Praça central da cidade, com a reforma citada (década de 1930)

Em 09/04/1932, foi apresentado um novo Conselho: Dr. Lincoln Barbosa, Custódio Costa, Jayme da Costa Amorim, José João Gregório e Joaquim Ferreira Pinto (secretário).



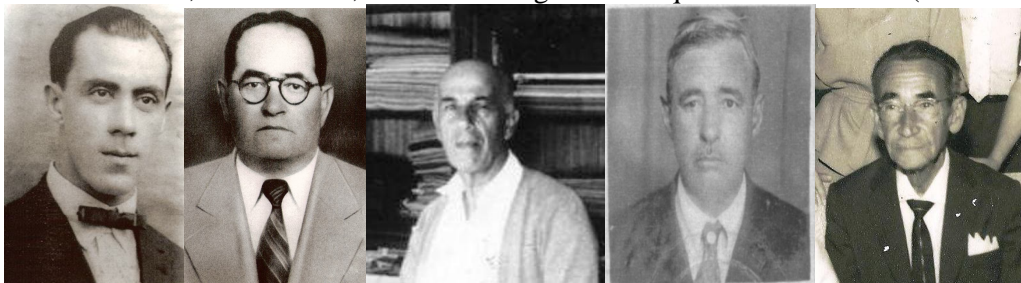
Conselheiros: Lincoln Barbosa, Custódio Costa, Jayme da Costa Amorim, José João Gregório e Joaquim Ferreira Pinto.

Foram apresentados os planejamentos do Prefeito:

- Venda da instalação elétrica e privilégio de 25 anos para o arrendamento e exploração dos serviços elétricos;
- Privilégio para construção de um açougue moderno, cujo prédio seria feito pelo arrematante que desfrutaria da exploração e venda de carnes frescas a retalho, com isenção de impostos e depois transferência para a municipalidade;
- Privilégio para empresa funerária;
- Construção de estrada na margem direita do Córrego Lavapés, para trânsito de carros de boi, ficando terminantemente proibido o percurso de carros de eixos móveis nas ruas da cidade;
- Construção de passeios por conta dos proprietários dos prédios;
- calçamento de ruas;
- ajardinamento da Praça da Matriz;
- retificação, aterro e sarjetas de pedras na Rua Manoel Ignácio;
- construção de um matadouro na cabeceira do Córrego Lava-pés.

Em dezembro de 1932, o Prefeito pede autorização para vender e doar lotes (um para construção de um cinema à firma que se interessasse). Esses lotes são originados pelo levantamento da planta cadastral da cidade;

Em 09/06/1933, foi apresentado um novo Conselho: Dr. Lincoln Barbosa, Custódio Costa, Naim David, José João Gregório e Joaquim Ferreira Pinto (secretário).



Conselheiros: Lincoln Barbosa, Custódio Costa, Naim David, José João Gregório e Joaquim Ferreira Pinto.

Principais realizações:

a) autorização do Conselho para contrair empréstimo de 350 contos junto ao Estado, com juros e amortização à taxa de 8,8%, para pagar os juros vencidos dos empréstimos anteriores e resgatar as apólices emitidas pela extinta Câmara Municipal;

b) restauração de todas as escolas rurais suprimidas e a noturna da sede, com a reintegração das professoras.

3º Prefeito: Clarimundo Agapito Paes (08/12/1934 a 14/01/1935)



Clarimundo Agapito Paes

Clarimundo foi um dos mais influentes e importantes homens de Cláudio. Apesar de ter nascido em Oliveira (18/08/1869), e de ter estudado no Seminário de Mariana, foi em Cláudio que ele exerceu sua profissão de farmacêutico, com grande sabedoria, dedicação e amor ao próximo. Era filho do Alferes Belmiro Ferreira Pais e de Maria Tereza de Jesus Pai (Sá Mestra). Órfão de pai ainda criança, ele foi bem criado pela mãe e por bons professores que lhe deram uma base sólida para o seu grande sucesso como farmacêutico (formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto) e como político atuante. Foi vice-presidente da primeira legislatura da Câmara Municipal de Cláudio e também conselheiro do Conselho Consultivo.

Com o intuito de substituir provisoriamente o Prefeito Pedro Queiroga, Clarimundo assumiu a Prefeitura e, mesmo num curto período à frente do Executivo, fez valer a tradição de ter sido um dos maiores impulsionadores do crescimento do município, desde a implantação da primeira Câmara Municipal, em 1912.

Principal realização:

a) apresentação de uma nova tabela de impostos de acordo com a Constituição Federal. O conselheiro Naim David foi designado relator do parecer sobre as tabelas;

4º Prefeito: Pedro Queiroga Martins Pereira (15/01/35 a 19/05/36)



Pedro Queiroga Martins Pereira

O Prefeito retorna ao cargo após curto período de licença. As reuniões do Conselho Consultivo não contavam mais com a presença do Dr. Lincoln Barbosa, que havia apresentado seu pedido de exoneração em janeiro de 1935.

Até o final do período à frente da Prefeitura, em maio de 1936, Pedro Queiroga não apresentou realizações expressivas, sendo que o Conselho Consultivo se reuniu apenas 4 vezes, analisando requerimentos de cidadãos: a) Dr. Matheus Salomé de Oliveira pedindo isenção de impostos de indústria e profissão de advogado, visto não

residir neste município; b) Sr. Sebastião José de Oliveira pedindo uma gratificação como professor da escola noturna relativo ao exercício de 1933 e 1º semestre de 1934; c) Sr. José Rodrigues Pereira (Tesorero da Sociedade Musical Claudiense) pedindo o pagamento de 3:500.000 (três contos e quinhentos mil réis), importância por ele despendida com a construção de um coreto erguido em 1924 na Praça da Matriz, visto não terem sido suficientes os donativos feitos pelo povo e pela Câmara Municipal e cujas despesas atingiram a 5 contos. O Conselho opinou sugerindo que o reclamante aguardasse nova oportunidade.



Antigo Coreto da Praça da Matriz

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas empenhou-se em desmontar a estrutura política da Primeira República. Ele trocou as chefias estaduais, colocando à frente delas, interventores de sua confiança (exceto em Minas). Entretanto, a centralização política e um Estado forte e interventor não impediram o agravamento de uma crise que já existia no nível internacional. A reação veio com a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Esses revolucionários perderam a luta, mas conseguiram a concretização de um de seus objetivos: em 3 de maio de 1933, foi realizada a eleição para a escolha dos membros da Assembléia Constituinte, que elaborou a Constituição de 1934.

Com a nova Carta Magna, Getúlio foi eleito presidente e, alguns meses depois, houve eleições para a escolha de deputados estaduais e de governadores. Ou seja, uma nova estrutura seria ‘montada’ nos Estados e, por conseguinte, nos municípios. Em Minas, por exemplo, Benedito Valadares que havia sido nomeado interventor federal em dezembro de 1933, foi eleito governador, por unanimidade de votos, em abril de 1935.

Nas pequenas cidades, como Cláudio, o Conselho Consultivo permaneceu junto à administração, auxiliando o Prefeito Pedro Queiroga Martins Pereira, até as eleições municipais de novembro de 1935, quando os claudienses lembraram-se de nomes ligados ao poder dos tempos dos coronéis, tais como, Coronel Quinca Barão e Capitão João Paulo Amorim Pereira.

O farmacêutico Custódio Costa foi eleito Prefeito e assumiu em 20/05/36. Entretanto, no nível federal, o país caminhava para um longo período ditatorial, que mais uma vez interrompeu as ações do Poder Legislativo. Era o Estado Novo. Todo o entusiasmo democrático foi esfriado com o golpe de Getúlio Vargas, em 1937.

Custódio Costa, genro do Quinca Barão, então Prefeito de Cláudio, permaneceu no cargo até 1945.

Capítulo IV – A Prefeitura durante o Estado Novo.

O período conhecido como Estado Novo, que teve início no dia 10 de novembro de 1937, foi implantado no país por meio de um golpe articulado por Getúlio Vargas,

que se efetivou no cotidiano com o apoio de um projeto político de cunho autoritário, idealizado por indivíduos intelectualmente importantes, e que contou com a participação decisiva das forças armadas.

No plano político, Vargas passou a controlar sindicatos, dissolveu o Congresso Nacional e extinguiu os partidos políticos. Para controlar o serviço público, criou o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), responsável pela censura e pela propaganda do governo. No plano econômico, Vargas adotou uma política nacionalista e intervencionista, de estímulo à criação das indústrias de base, de restrições às importações e de incentivo às exportações. Nessa época, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. No plano social, foi promulgada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943.

Para o Estado Novo, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. De um lado, o regime ganhou tempo. O estado de guerra representava um bom argumento para o governo adiar por tempo indeterminado a consulta popular que deveria validar a Constituição de 1937. De outro, a opção por lutar contra o nazi-fascismo colocou em xeque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em outubro de 1945.

5º Prefeito: Custódio Costa (20/05/1936 a 12/01/1945)



Custódio Costa

Custódio Costa nasceu em 26 de dezembro de 1888, em Carmo da Mata/MG. Era filho de Misael Gonçalves Costa e de Dona Maria Rita do Amaral Werneck. Era casado com Maria Guimarães Costa, filha do Coronel Joaquim da Silva Guimarães, e tiveram um filho adotivo. Foi bacharel em Farmácia, apesar de não se dedicar prioritariamente à atividade.

Custódio Costa também foi vereador (31/01/1951 a 25/02/1955), ocupando o cargo de Presidente, de 31/01/1951 a 03/02/1953 (por dois mandatos). Teve importante participação no Legislativo Municipal, apresentando projetos que resultaram em mais recursos para aplicação em melhoramentos diversos. Ele fez parte da comissão que criou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cláudio. Também foi gerente da Caixa Econômica Estadual até seu falecimento, em 05 de maio de 1955. Foi homenageado pelo povo claudiense, tendo seu nome ligado à importante escola no Distrito de Monsenhor João Alexandre.

Na primeira reunião da Câmara, após o Conselho Consultivo, houve eleição do Prefeito Municipal (já indicado pelo Governador do Estado, Benedito Valadares), num processo de formalização do ato. Votaram os sete vereadores e Custódio Costa obteve 5 votos, sendo os dois restantes em branco.

O início de sua administração foi difícil, uma vez que o Município estava muito endividado. Em 27 de setembro de 1937, por exemplo, ele mandou um ofício à Câmara encaminhando a Proposta de Orçamento para 1938, dizendo que ‘comprimiu’ ao máximo a despesa do município, para que sobrasse saldo para amortização da dívida flutuante; solicitou, no mesmo documento, abertura de crédito suplementar para atender às despesas urgentes.

Na Capital Federal, Getúlio Vargas determinou o fechamento do [Congresso Nacional](#) e a extinção dos partidos políticos. Ele outorgou uma nova [constituição](#), que lhe conferia o controle total do Poder Executivo e lhe permitia nomear interventores nos estados, aos quais, Getúlio deu ampla autonomia na tomada de decisões, e previa um novo Poder Legislativo, porém nunca se realizaram eleições no Estado Novo.

Principais realizações:

De 1º de julho de 1938 a 02 de janeiro de 1948, só a Prefeitura funcionou. Durante esse período, à frente do Poder Executivo, Custódio Costa deu nova dinâmica à Prefeitura, apesar de ser um tempo de crise. O mundo passava pela 2ª Guerra Mundial (1939/45) e o evento refletiu negativamente no crescimento de cidades e na qualidade de vida das pessoas. Coube a Custódio Costa homenagear aqueles que lutaram na Europa, como aconteceu em Cláudio, em 14/10/1945, com a inauguração de um monumento em memória dos Ex-Combatentes claudienses. Naquele mesmo início de década, Custódio Costa havia providenciado a reforma da Praça da Matriz, com a retirada dos últimos vestígios da antiga igreja do Rosário. Em 13 de novembro de 1945, assinou a Lei nº58 que adquiria um imóvel de 522 m² de Francisco Victoi de Freitas, na Praça da Bandeira (hoje, Praça Levy Victoi de Freitas), para alargamento da Praça.



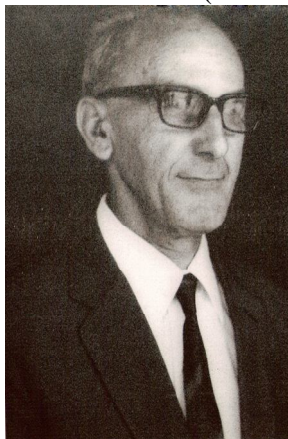
Vista da Praça da Bandeira – final da década de 1940

Ainda assim, em 1937, a cidade ganhava o seu primeiro estabelecimento bancário (Banco Hipotecário), no início do mandato de Custódio. Outra obra importante do seu mandato como Prefeito, foi a construção da ponte sobre o Córrego Lava-Pés, na Avenida Coronel Joaquim da Silva Guimarães.

Segundo o “Cláudio – Jornal” de 1938, a comunidade fazia um apelo ao Prefeito: *“Aqui, como em toda parte, existe o clássico ‘footing’, aos domingos. O nosso é, atualmente, feito na Rua do Comércio, mas, isto porque não temos ainda uma ‘retreta’ no belo jardim que possuímos. Pedimos a contratação da Lira Musical para distrair a população, aos domingos, mesmo com a ausência de um coreto em nosso jardim. Solicitamos aos comerciantes que patrocinem bancos com o anúncio da casa comercial. É necessária ainda a iluminação da praça, possibilitando o footing e a tocata da Lira. No mesmo jornal, havia a notícia do recebimento, por parte da Prefeitura, de um grande número de mudas de flores para o jardim público.”*

Durante a administração de Custódio Costa foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Cláudio, por iniciativa de Teotônio Pio da Fonseca e de um grande número de benfeitores, inclusive o próprio Prefeito.

6º Prefeito: Benjamim Teixeira Marra (13/01/1945 a 09/03/1946)



Benjamim Teixeira Marra

Benjamim Teixeira Marra nasceu em 1º de fevereiro de 1904, em Cláudio. Foi funcionário de uma farmácia, em Itaúna, quando solteiro. Em 1934, casou-se com Maria Prado Marra, filha de Paulino Prado, de quem ficou sócio na Casa Prado, até a aposentadoria. Morou em Carmópolis de Minas, entre 1940 e 1942, retornando para Cláudio, onde, pouco tempo depois, assumiu a Prefeitura, substituindo o farmacêutico Custódio Costa, que se afastou por problemas de saúde.

Durante os poucos meses à frente da chefia do Poder Executivo, Benjamim não executou grandes realizações que mereçam destaque. Entretanto, foi muito atuante na sociedade claudiense: foi sócio-fundador do Automóvel Clube de Cláudio. Foi membro do Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, eleito em 04 de julho de 1943, quando a instituição foi criada. Em janeiro de 1952, foi eleito 1º Tesoureiro, na época em que foi construída a sede da Santa Casa, e ficou no cargo até outubro de 1956. Foi vereador na 9ª Legislatura (26/02/1955 a 31/01/1959), chegando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal.

Capítulo V – Depois da tempestade...

Com a deposição de Getúlio Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a Presidência da República. Linhares, que ficou no poder pouco mais de quatro meses, preocupou-se apenas em manter o funcionamento da administração federal e em organizar as eleições, que fez realizar em dezembro de 1945.

Apresentada ao país no dia 18 de setembro de 1946, a Constituição foi elaborada pelo governo do presidente Dutra (1946-1951) e foi oficialmente promulgada como a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que consagrou liberdades que existiam na Constituição de 1934, mas haviam sido retiradas em 37.

A nova Constituição trouxe, em seu bojo, mudanças importantes para os municípios. No correr do tempo, a República havia sacrificado muito os municípios, não só lhes restringindo a autonomia, cada vez mais ameaçada pelos Estados, senão também os desfavorecendo na discriminação das rendas públicas. Em 1945, os

municípios não chegavam a receber 7% da arrecadação total do país. Para melhorar as finanças municipais, a Constituição lhes destinou 100% do Imposto de Indústria e Profissões (antes era só a metade); uma quota em partes iguais, no rateio de 10% do Imposto de Renda (excluídas as capitais dos estados) e, 30% do excesso arrecadado pelo Estado, dos impostos estaduais nos municípios.

Na cidade de Cláudio, a Câmara voltou a funcionar e passou por um processo de modernização, assessorada por órgãos estaduais voltados para a padronização de regimentos e normas de conduta (Departamento das Municipalidades e Departamento de Assistência aos Municípios). Era criada a Comarca de Cláudio, instalada em 15 de novembro de 1948, um dos mais importantes acontecimentos da história claudiense.

7º Prefeito: Custódio Costa (10/03/1946 a 28/12/1946)



Custódio Costa

O Prefeito Custódio Costa voltou ao cargo em março de 1946, após se recuperar de problemas de saúde e permaneceu no cargo por mais nove meses. Prefeito de Cláudio por determinação do Governador Benedito Valadares, Custódio Costa também deixou a prefeitura por ocasião da saída do governador, que se candidatou a deputado federal, nas eleições gerais de 1947.

A última realização da longa administração de Custódio Costa foi a abertura de uma escola no lugar chamado Laranjeiras (no Distrito de Monsenhor João Alexandre), conforme Lei nº63, de 27 de dezembro de 1946.

8º Prefeito: Dr. Lincoln Barbosa (29/12/46 a 30/12/47)



Dr. Lincoln Barbosa

Lincoln Barbosa nasceu em 18 de setembro de 1890, em Rio Novo/MG. Era filho de Cícero Tristão de Paula Barbosa e de Carlota Mattos Barbosa. Formou-se em Medicina, em 1915, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

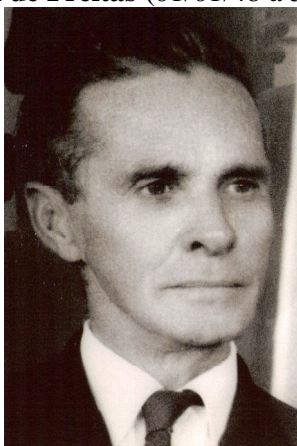
Casou-se com Dona Nadir Ferreira Leite, em 25 de novembro de 1924 e teve 6 filhos. Além de grande médico, Dr. Lincoln também participou da vida político-administrativa de Cláudio, tendo sido, além de Prefeito, Vereador, Vice-Prefeito e Conselheiro, no período de 01/01/1931 a 04/06/1936.

Entre 1951 e 1955, Dr. Lincoln Barbosa foi Vice-Prefeito, auxiliando o Prefeito Teotônio Pio da Fonseca e o substituindo algumas vezes na Chefia do Poder Executivo. Durante esse período, ele freqüentava as reuniões da Câmara, acompanhando a votação de projetos de interesse do município, demonstrando o seu comprometimento com o cargo e com o futuro da população. Foi ele um dos idealizadores do Posto de Saúde de Cláudio, instalado em 1951, tendo sido nomeado para ali ocupar o cargo de médico titular. Em 30 de agosto de 1974, recebeu o Título de cidadão claudiense. Faleceu, em 1980, aos 90 anos de idade. Foi homenageado pela Prefeitura de Cláudio, que inaugurou uma Unidade do Programa de Saúde da Família, dando-lhe o seu nome.

Dr. Lincoln Barbosa assumiu o cargo de Prefeito durante um período de reorganização administrativa municipal, quando foram preparadas as eleições municipais, que aconteceram em 23 de novembro de 1947. Somente os dois partidos maiores (UDN e PSD) lançaram candidatos aos cargos eletivos municipais.

Nesse pouco tempo de administração, o eficiente médico pouco realizou. Em 02 de setembro de 1947 assinou duas leis: a de nº67, que concedia aposentadoria ao servidor José Bernardino de Souza e a de nº68 que abria a Escola Municipal Pedro Salomé de Oliveira, no Bananal e E.M. Geraldino José das Mercês, no lugar conhecido como Boa Vista.

9º Prefeito: Levi Victoi de Freitas (01/01/48 a 31/01/51)



Levi Victoi de Freitas

Levi é digno de um capítulo à parte na História de Cláudio. Farmacêutico, advogado, industrial, fazendeiro, tabelião e político, ele foi uma dessas pessoas incansáveis que dedicam toda a vida em prol do município. Foi um mestre dedicado, muito rigoroso, exigente e possuidor de vasta cultura, versado nos clássicos da Literatura e Arte em geral. Segundo seus alunos, foi um excelente orientador na formação de mentes capazes e criativas.

Durante alguns anos, foi também professor do Ginásio Quinto Alves Tolentino, – escola que ajudou a criar. Foi idealizador e criador do Grupo Escolar Inocêncio Amorim, durante a sua primeira gestão como Prefeito de Cláudio (1948-1951). Na

função de administrador municipal, Levy deve ser lembrado como o mais atuante entre todos os Prefeitos que assumiram a cadeira máxima do Executivo.



Prof. Levy em sala de aula – Ginásio Quinto Alves

Levy foi eleito democraticamente para governar até 31 de janeiro de 1951, quando Cláudio enfrentou uma acirrada disputa eleitoral, no decorrer de 1950, entre os candidatos: Teotônio Pio da Fonseca e Sebastião Rocha Aladim. Essa é uma história que veremos mais à frente.

O vice-Prefeito de Levy foi Antônio da Prato. A posse desses senhores foi realizada em 1º de janeiro de 1948. Foi uma cerimônia muito concorrida em virtude do longo período em que não aconteciam eleições municipais. No entanto, a administração de Levy superou toda expectativa da população, impondo ele um jeito maduro e consciente de governar o próspero município.

A ligação do Prefeito Levy com a cidade está muito vinculada à área de educação, o que pode ser comprovado pelo número de escolas abertas e também pelo grande empenho em resolver problemas administrativos que bem estruturassem essa área. Foram criadas escolas nas seguintes localidades: Custódios, Canoas, Ouro Fala (Cachoeira dos Santos) e Formiguinha. Também doou terreno ao Estado visando à construção de escola estadual no município.

Durante essa sua primeira e mais curta gestão, o Prefeito Levy Victoi preocupou-se com a qualidade das estradas municipais, recebendo a doação feita pela Siderúrgica Mizonguê, da estrada construída por essa empresa e que ligava nossa cidade às proximidades da ponte do Vilela, passando pela Fazenda do Palmital. Em sua administração, mais precisamente no dia 29 de novembro de 1949, foi criado o Serviço Especial de Estradas e Caminhos Municipais (Lei nº76).

Levy mostrou-se muito preocupado em organizar a área urbana e suburbana de Cláudio, desde a numeração de casas e denominação de ruas, até a remodelação de serviços essenciais à comunidade. Foi uma grande realização de sua primeira administração a instituição do “Código de Posturas Municipais”, ocorrido em 11 de setembro de 1949, por ocasião da assinatura da Lei nº62.

Enquanto o Prefeito organizava a vida da cidade, com a instituição do Código de Posturas, a Câmara também já havia tomado suas providências no sentido de se ajustar para contribuir com o progresso municipal. Logo no começo da 7ª Legislatura (1947-1951) foi analisado e aprovado, por unanimidade, o Regimento Interno da Casa Legislativa, o que tornou mais dinâmica a participação dos vereadores na divisão das responsabilidades municipais.

Essa situação ficou tão notória que, na Reunião da Câmara Municipal, em 28 de janeiro de 1951, ao mesmo tempo em que foi aprovada a Prestação de Contas do Prefeito Levy Victoi de Freitas, relativa ao exercício de 1950, foi emitido um voto de louvor ao Sr. Prefeito pelo modo brilhante e honesto como soube conduzir a administração da coisa pública. Voto esse aprovado por todos os vereadores.

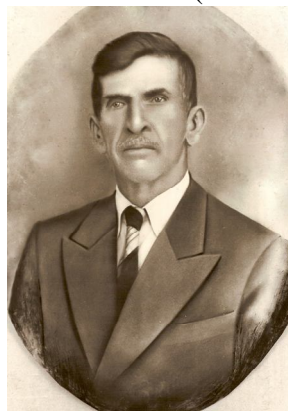
Capítulo VI – A década de 1950 começa com os ânimos exaltados, na cidade.

Filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e apoiado pelo PSP (Partido Social Progressista), Getúlio Vargas conseguiu eleger-se Presidente da República, com 48,7% dos votos. Nessa sua volta, Vargas procurou desenvolver a indústria nacional, sem abrir mão do recurso aos capitais estrangeiros. Assim, criou a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No campo político, apoiou as massas trabalhadoras, liberando as greves e a atuação dos sindicatos. No entanto, a forte oposição da UDN (liderada por Carlos Lacerda) e a pressão da imprensa e de uma ala dos militares, após o episódio conhecido como “Crime da Rua Toneleros” o levaram ao ato extremo do suicídio, em agosto de 1954.

Em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek impulsionava o Estado utilizando o binômio “Energia e Transporte”. Promoveu a constituição da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A) e dela surgiram subsidiárias regionais. Durante seu mandato, foram construídos 3.000 km de estradas, apesar de poucos recursos para tal investimento. Sua administração vigorosa aliada a um contagiante otimismo o fez conhecido no país, e lhe foram abertas as portas do palácio do Catete.

O município de Cláudio não ficou fora dessa explosão de otimismo e desenvolvimento. A Siderúrgica Mizonguê, de Marcelino Corradi e Aderbal Victoi de Melo, fundada em 1945, provocou o surgimento de outras indústrias, tais como a Companhia Industrial Claudiense, a Cia. Siderúrgica São Paulo e um número crescente de fundições, sendo a pioneira delas a Fundação Libaneza, fundada em agosto de 1952. O grande problema claudiense era a precária energia gerada pela Usina do Corumbá. A princípio, a solução seria melhorar a qualidade dessa usina, mas logo ficou clara a necessidade de um grande investimento para colocar Cláudio na rota do progresso.

10º Prefeito: Teotônio Pio da Fonseca (01/02/51 a 31/01/55)



Teotônio Pio da Fonseca

Como foi dito anteriormente, o processo eleitoral que culminou em 3 de outubro de 1950 foi dos mais acirrados da História claudiense. O fazendeiro Teotônio Pio da Fonseca, candidato do PR (Partido Republicano) era violentamente atacado por seus adversários, que queriam eleger o Aladim Ferreiro, da UDN. Num boletim em versos, que circulou na época, as primeiras letras de cada verso – um acróstico – formavam os seguintes nomes: Teotônio Pio, Igomer, Mizinho, Cafaca e Guiomar. O texto rimava de uma maneira bem caipira, mas usando termos comuns na década anterior (Gestapo, Fascismo, Estadista, etc.) e, acima de tudo, atacando claramente a campanha de

Teotônio. O fazendeiro ganhou a disputa com 1.014 votos, contra 834 do Aladim. (77 votos em branco e 16 votos nulos).

Os candidatos a Vice-Prefeito foram: Dr. Lincoln Barbosa, (1.176 votos), pelo PR e José Bernardino de Souza (675 votos), pela UDN. Notem que os candidatos a Vice-Prefeito tinham votação distinta dos candidatos a Prefeito, devido ao fato de não haver, naquela época, na legislação eleitoral, obrigatoriedade de vinculação dos dois cargos numa mesma chapa, prevalecendo o princípio majoritário, segundo a Lei nº1.164 – de 24 de Julho de 1950, que instituiu o Código Eleitoral.

Antes de falar sobre a Administração Municipal deste Prefeito, é muito importante traçar, em breves palavras, uma pequena biografia do ilustre homem público.

Nascido em Cláudio, em 1883 e falecido em 1967, Teotônio Pio da Fonseca foi vereador, em várias legislaturas, antes de assumir a Prefeitura Municipal. Homem honrado, extremamente caridoso, assinalou sua existência por incontáveis benefícios a favor do povo de Cláudio, dirigindo sua ação preferencialmente para os mais necessitados. Foi grande benfeitor da Santa Casa de Misericórdia, que doou à cidade e hoje presta inestimáveis serviços à população de todo o Município. Durante o seu mandato de Prefeito, o Sr. Teotônio Pio da Fonseca fazia doação de seus vencimentos para as Conferências de São Vicente de Paulo, beneficiando assim dezenas de famílias pobres. O seu nome, com muita justiça, deve figurar na história de Cláudio, a fim de que seja sempre honrado e lembrado como ‘exemplo para todos os homens’.

Durante a administração de Teotônio Pio da Fonseca, a cidade de Cláudio foi beneficiada com a fundação da 1ª Fundação de Ferro Gusa de Cláudio – Fundação Libaneza (22/08/1952). A iniciativa de Rachid Mitre contribuiu e selou na História de Cláudio a importante marca da industrialização que caracteriza a cidade até os dias atuais. Muitas outras empresas do ramo foram surgindo nas décadas seguintes, o que significou uma importante vocação industrial, fomentadora de progresso e crescimento para o município.

Teotônio Pio foi responsável direto pela melhoria da qualidade de trabalho do servidor público, com a criação do Estatuto do funcionalismo público, em 28/02/1953 e elevação dos vencimentos da classe, no final do mesmo ano.

Procurou corrigir falhas na cobrança de IPTU, provocando um excedente de arrecadação e a consequente aplicação em obras públicas consideradas urgentes, como a rede de esgoto da Avenida Cel. Joaquim da Silva Guimarães, conservação de estradas; construção de ponte no Rio Boa Vista (Divisa com o município de Itapecerica) e sobre o Lava-pés (no Campinho); reconstrução de ponte e escola, no Corumbá; remodelação do serviço de luz e de água da cidade. Levou um conjunto de obras até o Distrito de Monsenhor João Alexandre, onde melhorou o serviço de abastecimento de água, construiu escola e doou terreno para o Estado construir um grupo escolar.

Foi na sua administração, mais precisamente no dia 30 de novembro de 1952, que foi criada verba para construção do campo de aviação na cidade. O terreno desapropriado localizava-se no lugar conhecido como Taquaral, e pertencia a Geraldo Teodoro de Assis. Era uma faixa de terra medindo 1.020 metros de comprimento, por 120 metros de largura, considerada suficiente para receber as aeronaves da época.

Além desse ‘alto vôo’, Teotônio dispensou especial atenção à Educação, criando cargos de professor, autorizando pagamento antecipado relativo à execução de obras de construção de grupos escolares da cidade e do Distrito e, sobretudo, realizando importantes obras na Escola Estadual Inocêncio Amorim.

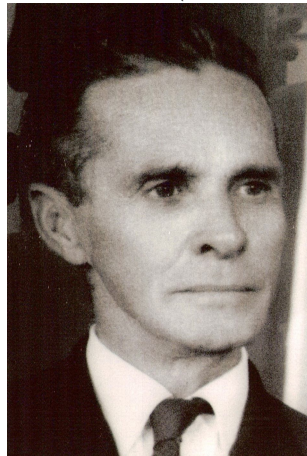
A administração do benemérito Teotônio Pio teve como característica principal o seu lado de assistencialismo, em decorrência das subvenções às diversas entidades municipais, entre elas as Conferências Vicentinas e a Santa Casa.

Foram inúmeras as realizações desse período, mas é de bom alvitre salientar que houve uma clara percepção da importância das incipientes indústrias no município. No ano de 1954, Teotônio autorizou a concessão de fornecimento de energia elétrica da Cia. Siderúrgica Claudiense aos estabelecimentos industriais e concedeu isenção de impostos às novas indústrias que se instalaram no município. É bom também esclarecer que o desenvolvimento de Cláudio vivia ‘estrangulado’ pela precária fonte de energia elétrica, que era a Usina do Corumbá. A utilização de excedente da energia produzida na Cia. Siderúrgica Claudiense (que utilizava gerador próprio), foi um passo importante para desenvolver novas indústrias em nossa cidade.



Antiga distribuidora de energia elétrica – atrás da igreja Matriz

11º Prefeito: Levy Victoi de Freitas (01/02/55 a 03/12/57)



Levy Victoi de Freitas.

A campanha política de 1954, entre Levy Victoi de Freitas (PSD) e Dr. Simão Salomé de Oliveira (Coligação PTB/UDN/PR) foi empolgante, com muitas trocas de boletins circulando pelas ruas. O Dr. Simão atacava e o Levy se defendia, distribuindo mais boletins. Um deles, de autoria de Levy (então Diretor-Gerente da Cia. Siderúrgica Claudiense), dizia:

“Pedimos ao ilustre candidato da UDN à Prefeitura de Cláudio, Dr. Simão Salomé de Oliveira, signatário de um boletim deste mês de setembro, a cordura e fineza de saber a realidade da proposta que nossa usina (forno) encaminhou à Prefeitura, para fornecimento de nossos quilowatts de sobra.

Ao ensejo, devolvemos-lhe as tartufadas que nos dirigiu gratuitamente, investindo quixotesicamente contra nossa organização (forno) ou contra seus diretores, porque estes tiveram a honra de merecer do PSD a indicação dos seus nomes para concorrerem às eleições de outubro”

É interessante notar que, naquela época, os boletins eram diretos e assinados, com autoria e esclarecimentos à população. Os boletins anônimos, quando haviam,

traziam um tom de ironia e humor, sem atacar o caráter e a honra dos políticos. Em um deles, uma lista de nomes de filmes da época trazia ao lado, como protagonista, um ‘ilustre’ claudiense, a quem se desejava satirizar.

Em 04 de outubro de 1950, as urnas apontaram Levy com 1.343 votos, contra 1.157 do Dr. Simão. O Vice-Prefeito eleito foi Custódio Teixeira Guimarães, com 1.384 votos, contra 1.025 votos dados a Sebastião Antônio Fernandes.

Levy foi Prefeito, nesta segunda vez, de 1º de fevereiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959, tendo sido substituído por alguns dias, em 1957, por Casildo de Souza. Nessa administração de Levy, surgiu em Cláudio o Grêmio Cultural e Teatral Claudense que, por intermédio de seu órgão de imprensa – “A Flâmula” – cobrava do Prefeito o cumprimento das leis, de autoria do Prefeito anterior, que desapropriaram terreno para construção do campo de aviação de Cláudio. O mesmo jornal noticiava a aprovação de leis visando ao auxílio para a Corporação musical da cidade e à aquisição de um motor ‘diesel’ para o serviço de luz. Decorria o ano de 1955 e o Prefeito Levy já atuava com brilhantismo no início de seu segundo mandato.

Essa administração de Levy foi de grande importância para Cláudio. Ocupando também o cargo de Tabelião do 1º Ofício, ele conseguiu, por influência junto ao deputado Paulo Pinheiro Chagas, uma verba de 1 milhão de cruzeiros para o abastecimento de água da cidade e, também 50 mil para o Ginásio Quinto Alves Tolentino. Seu irmão, Francisco de Freitas Victoi (o Chico Atala), era presidente do Diretório Municipal da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e conseguiu, junto com Cinéias Regino, criar e manter o Ginásio Quinto Alves Tolentino, usando até recursos próprios. Hoje, podemos concluir que, sem a participação dos dois irmãos – Levy e Francisco – do Dr. Cinéias Regino, do professor Sebastião José de Oliveira e do Dr. Wilson Veado, Cláudio não teria a felicidade de contar, já naquela época, com uma escola de ensino médio tão importante na formação educacional da comunidade.



Francisco de Freitas Victoi, Dr. Cinéias Regino e Prof. Sebastião José de Oliveira – três benfeitores de Cláudio

Nesse período, Levy também proporcionou a Cláudio a instalação de uma estação telegráfica, inaugurada em 31 de agosto de 1956, inicialmente funcionando numa sala do Grupo Escolar Inocência Amorim.

No mesmo ano, conseguiu a instalação de um posto telefônico na cidade, contando com a ajuda política do Dr. Tancredo Neves. Levy ainda atuou na conclusão da estrada que liga Cláudio à rodovia Fernão Dias e à Itapeçerica. Ao mesmo tempo, o irmão de Levy – Domingos de Freitas Victoi – assumia o cargo de diretor social do Esporte Clube Claudense, em 10 de setembro de 1956.

Houve, nesse período, uma grande preocupação do Chefe do Poder Executivo com a infra-estrutura municipal. Medidas como a criação do Serviço de Calçamento e da Taxa de Conservação; divisão da cidade em 3 zonas de trabalho, com levantamento topográfico e aprovação da Planta Cadastral e Urbanística da cidade, permitiram

estabelecer prioridades de obras públicas de saneamento básico. Entre essas prioridades, adquiriu-se terreno para construção de poços artesianos (entre o córrego Lava-Pés e o terreno da RMV – Rede Mineira de Viação (próximo à Fazenda da Praia).

Ao mesmo tempo, Levy ‘atacou’ o problema que vinha se arrastando nas administrações anteriores, que era o abastecimento de energia elétrica. Em maio de 1955, adquiriu um motor elétrico para instalação na Cia. Siderúrgica Claudiense e, assim, estabeleceu as normas de aquisição desse serviço de eletricidade municipal.

Algumas medidas consideradas ‘impopulares’ tiveram que ser tomadas para se ajustar o orçamento do município às despesas que se faziam urgentes e necessárias. Entre elas, podemos citar: Revogação da Lei municipal nº181 (sobre isenção de impostos a novas indústrias), em abril/55; revisão do IPTU (levantamento imobiliário) e instituição do Código Tributário Municipal, em novembro/55; alteração da tabela de fornecimento de luz e força e majoração da taxa de água, em março/56.

O município de Cláudio teve grande desenvolvimento durante essa segunda passagem de Levy Victoi de Freitas pela chefia do Poder Executivo. Foram criadas escolas; incrementou-se o calçamento de vias públicas; foi aprovado o Plano Rodoviário Municipal e foram tomadas iniciativas no sentido de se tornar possível resolver antigas carências, que eram: construção do matadouro, do prédio da Prefeitura e construção de um cemitério.

12º Prefeito: Casildo de Souza (24/11/57 a 03/12/57)

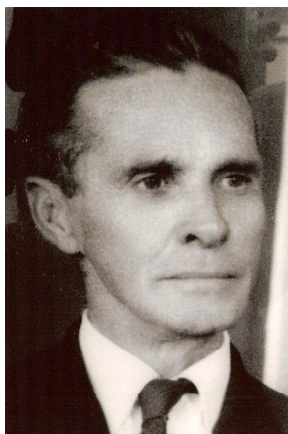


Casildo de Souza

Casildo de Souza era comerciante de armazém e depois de carnes, em açougue, e entrou para a política no início da década de 1950, sendo eleito Vereador e Secretário no período de 15/02/1956 a 01/02/1957 e Presidente da Câmara no período de 02/02/1957 a 18/02/1958. Voltou a assumir o cargo de Secretário, em 19/02/1958 até 31/01/1959. Teve uma participação destacada nesse período, apresentando projetos de melhoria da máquina administrativa, reduzindo cargos, melhorando salários de servidores ativos e aposentados e apoiando o Prefeito nas questões de saúde pública, em especial quanto ao matadouro municipal. Preocupava-se, também, com o abastecimento de energia elétrica e com as estradas municipais, apresentando indicações e requerimentos ao Poder Executivo, no sentido de conseguir melhorias de condições de tráfego.

Entre 24/11/1957 e 03/12/1957, ocupou interinamente a Prefeitura de Cláudio, (uma vez que era o Presidente da Câmara), devido à licença do Prefeito e ausência do vice. Durante seu breve período à frente do Poder Executivo, teve atuação discreta, sem tomar medida administrativa relevante, que mereça destaque.

13º Prefeito: Levy Victoi de Freitas (04/12/57 a 31/01/59)



Levy Victoi de Freitas

Voltando a ocupar o cargo de Prefeito, Levy complementou seu mandato com o mesmo dinamismo. Dentre suas realizações mais importantes desse período estão: venda de imóvel (Av. Araguaia esquina com Praça da Matriz) para construção de posto de gasolina – no prazo de 2 anos (abril/58); abertura de via pública entre Rua Itapecerica e Rua Minas Gerais, (maio/58), aquisição de um transformador para melhoria da qualidade da energia elétrica consumida pela população (maio/58); aquisição de terreno para construção de matadouro municipal (julho/58); inscrição dos servidores municipais no IPSEMG – Instituto da Previdência Social do Estado de Minas Gerais (julho/58); construção de trecho rodoviário ligando Bocaina à rodovia Cláudio-Divinópolis (novembro/58) e uma iniciativa interessante para aquela época, que foi a abertura de estrada comercial para transporte de gado, na periferia.

Capítulo VII – No fim dos anos 50 a política claudiense inicia novos rumos.

Nos dezessete meses que sucederam a morte de Vargas, três presidentes ocuparam o poder: João Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. A situação política ficou difícil – apesar de eleito, JK enfrentava uma campanha contra sua posse, temida por grupos que evitavam a continuidade do getulismo. Entretanto, Juscelino assumiu o poder prometendo “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, dentro de sua política conhecida como ‘desenvolvimentismo’. O mineiro de Diamantina marcou a história do país com obras de grande repercussão nacional e internacional, entre elas e a mais comemorada, estava a fundação de Brasília.

O governo mineiro de Bias Fortes, que assumiu o Palácio da Liberdade após a complementação de mandato feita por Clóvis Salgado, também seguiu os mesmos rumos de JK. Apesar de sua origem ligada à agricultura, Bias Fortes estabeleceu um período de evolução econômica de Minas, com a construção de Três Marias, Furnas, entre outras usinas hidrelétricas, além de criar a Usiminas, a CAMIG e a CASEMG. Todos esses investimentos geraram renda e crescimento para os municípios.

O município de Cláudio não se beneficiou imediatamente dessa corrente progressista estadual. Ganhava o município em seu lado humano: Dr. Wilson Veado, Juiz Municipal. Ele surgiu como um líder para a sociedade claudiense e, com a fecundidade de sua mente e seus sentimentos nobres, promoveu uma revolução cultural em Cláudio. De sua iniciativa brotaram o Ginásio Quinto Alves Tolentino, o Grupo de Escoteiros e uma série de benefícios para a formação do cidadão claudiense.

14º Prefeito: Teotônio Teixeira Guimarães (01/02/59 a 09/12/61)



Teotônio Teixeira Guimarães

O Tenente-Coronel Teotônio Teixeira Guimarães, nascido em 09/12/1902, foi o sétimo filho do Coronel Joaquim da Silva Guimarães (Quinca Barão) e de Dona Florescena Teixeira Guimarães. Estudou em Barbacena e de lá, seguiu para Resende/RJ, onde ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras e tornou-se oficial da Cavalaria. Atuou, pelo Exército brasileiro em várias localidades, entre elas, Recife, e na região de fronteira, no Rio Grande do Sul, ocasião em que frequentou a família de Leonel Brizola. Ao aposentar-se no Exército, no final da década de 1940, voltou para Cláudio, especificamente para a fazenda da Praia, onde trabalhou com beneficiamento de café, para venda, utilizando a estrutura de linha férrea ainda ali existente.

A entrada de Teotônio na política deveu-se à ausência de candidato ao cargo de Prefeito e à sua descendência direta do saudoso Cel. Joaquim da Silva Guimarães. Suas características pessoais originárias da vida militar – muito disciplinado, fechado, sistemático –, o tornaram candidato ideal para a chefia do Poder Executivo municipal.

Foi eleito Prefeito em um processo de candidato único, obtendo 2.253 votos contra 520 votos em branco. Sua administração poderia ter sido cômoda, devido a esse fato, mas problemas de saúde comprometeram seu mandato, que não chegou ao fim. Sua posse aconteceu no antigo Cine Pio XII, no dia 1º de fevereiro de 1959, tendo como Vice-Prefeito o Sr. Clodomir Barros (Mizinho), que obtivera 1.832, contra 943 votos em branco.

Durante seu curto mandato, o Tenente-Coronel Teotônio procurou continuar com a administração mais voltada às subvenções sociais e investimentos na área de educação e saúde. Concedia verbas a muitas instituições: Escola Quinto Alves Tolentino (com a criação de um Selo Educacional), Grupo de Escoteiros, Natal dos pobres, Caixas Escolares, Grêmio Cultural e Teatral Claudiense, Casa Paroquial, etc.; e quando não o fez diretamente, utilizou-se do patrimônio público para promover benefícios a essas instituições. É o caso da doação de terreno à LBA (Legião Brasileira de Assistência), para instalação de Posto de Puericultura, na Avenida Araguaia, com Rua Caxambu; da doação de lote à Lira Musical; e também da doação de um lote, que foi feita ao Estado de Minas Gerais, em 31 de maio de 1961, para construção de grupo escolar em frente ao Ginásio Quinto Alves (Rua Curitiba).

Na área de obras de infra-estrutura, foi responsável pela construção de ponte no Corumbá (lugar conhecido como Marcelos); continuou adquirindo energia elétrica da Cia. Siderúrgica Claudiense, enquanto se instalava a rede municipal de energia e iluminação pública da CEMIG; e, em 25/11/1959, isentou de tributos a Companhia Telefônica de MG, para sua instalação em Cláudio.

Foram muito importantes para o município, as iniciativas tomadas pelo Prefeito Teotônio Guimarães quanto ao problema da energia elétrica. Até aquela época, a energia que abastecia a cidade vinha da Usina do Corumbá e sua utilização era muito precária, comprometendo o desenvolvimento de Cláudio. Desde dezembro de 1953, em reunião da Câmara, o então presidente daquela instituição, Sr. Antônio Tolentino de Moraes já havia apresentado requerimento solicitando promover uma representação ao Governador do Estado e à CEMIG, pleiteando o fornecimento de energia elétrica da Usina Gafanhoto, para nosso município.

No entanto, somente em setembro de 1959, seis anos depois, por iniciativa do vereador Francisco de Freitas Victoi e do deputado Dr. Osvaldo Guimarães Tolentino, os entendimentos no sentido de se abastecer o município com energia da CEMIG começaram a tomar efeito.

Foi formada uma comissão composta por Quinto Guimarães Tolentino, Dr. Décio Notini de Freitas, Francisco Victoi e Benone Salomé, para se unir ao Prefeito Teotônio Guimarães e encontrar-se com o Cel. Joaquim Afonso Rodrigues, em Carmo da Mata. O líder político da cidade vizinha já havia levantado o capital necessário para assinatura de convênio com a CEMIG e poderia orientar os claudienses quanto ao encaminhamento do processo.

O capital necessário à formalização de contrato com a CEMIG, por meio de compra de suas ações, teve uma parte levantada pelo Sr. Quinto Guimarães Tolentino junto à população e a outra parte conseguida por empréstimo, pelo Prefeito, contando com a valiosa ajuda do Dr. Tancredo Neves, que era o Secretário de Finanças do Estado. Em 21 de novembro de 1959, em reunião na Câmara Municipal, o Prefeito Teotônio Teixeira Guimarães anunciou a assinatura do contrato com a CEMIG e o empréstimo feito junto à Caixa Econômica Estadual. Era o começo de um tempo de prosperidade e 'muita luz' para a cidade de Cláudio.

Outras realizações, não menos importantes, marcaram a administração do Prefeito Teotônio Guimarães. Reclassificou e reajustou vencimentos municipais, inclusive de professores; promoveu aumento de impostos (IPTU, taxa de conservação e calçamento); criou a taxa de aferição de pesos e medidas; abriu crédito especial para fundação da Biblioteca Municipal; declarou de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Cláudio; e fez duas importantes doações de imóvel: ao Automóvel Clube (na antiga Praça XV de Novembro, hoje Levy Victoi de Freitas) e ao Estado de Minas Gerais, para construção do Fórum.

Em 1961, no seu último ano à frente da Prefeitura, antes de se licenciar para tratar de problemas de saúde, Teotônio Teixeira Guimarães ainda viu realizar mais um grande sonho seu, que foi a inauguração do serviço urbano de telefonia, a cargo da COTECLA, complementação da concorrência pública que ele havia determinado em setembro do ano anterior.



Inauguração da Cotecla – c/ D. Risoleta e Naim

Apesar de ter tomado iniciativas polêmicas, na época, como a remodelação da Praça dos Ex-Combatentes, com a plantação de mudas de café, Teotônio Teixeira

Guimarães é muito bem lembrado por ter ‘consagrado o município e tê-lo entregue ao Imaculado Coração de Maria’, por meio da Lei nº74, de 26 de maio de 1961.

15º Prefeito: Antônio Tolentino de Morais (10/12/61 a 13/12/61)



Antônio Tolentino de Morais

Antônio Tolentino de Morais nasceu em 18 de agosto de 1909, em Pará de Minas/MG, filho de Francisco Tolentino de Morais e de Rita de Cássia de Melo Morais. Sua Família tem origem da cidade de Corinto/MG. Trabalhou como funcionário da Drograria Minas-Brasil, em Belo Horizonte, e foi no Distrito de Monsenhor João Alexandre, em Cláudio, que o jovem se estabeleceu e inaugurou a Farmácia Santa Maria, dedicando-se à saúde da comunidade.

Antônio Tolentino de Morais era casado com Maria Teixeira de Morais (Dica), nascida em Carmópolis de Minas, com a qual teve doze filhos. Em pouco tempo, “Totoca da Cachoeira”, como era conhecido, tornou-se um líder comunitário e, em razão disso, buscou na política uma maneira de lutar pelos direitos dos seus concidadãos. Em 1950, foi o vereador mais votado do município e, em 31 de janeiro de 1951, tomou posse, dando início a uma brilhante carreira política, digna das mais altas homenagens.

Antônio Tolentino de Morais participou de seis legislaturas na Câmara Municipal, sendo que, com exceção da primeira (1951-1955), nas demais ocupou algum cargo da Mesa Diretora. Foi eleito presidente da Câmara Municipal por nove vezes.

Entre 1971 e 1973, período em que não se candidatou ao cargo de vereador, Antônio Tolentino de Morais foi indicado pelo Prefeito para ocupar o cargo de Diretor do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

O ex-vereador Totoca faleceu aos 82 anos, no dia 10 de setembro de 1991. Em homenagem a esse ilustre cidadão, a Câmara Municipal de Cláudio realizou no dia 23 de junho de 2006 uma solenidade para oficializar a denominação de seu prédio próprio, na Rua das Crianças.

A atuação do Sr. Antônio Tolentino de Morais, à frente da Prefeitura de Cláudio, durante somente três dias, deve-se à legislação e, principalmente, ao processo de tramitação de requerimentos ocorrido quando o Prefeito Teotônio Teixeira Guimarães solicitou licença para tratamento de saúde.

No dia 09 de dezembro de 1961, o Prefeito Teotônio apresentou ofício à Câmara Municipal, solicitando 60 dias de licença, a partir do dia seguinte, para tratamento de saúde, conforme atestado médico que anexou. O Vice-Prefeito Clodomir Barros foi convocado e apresentou requerimento solicitando prazo regimental para sua desincompatibilização como funcionário público e para ficar juridicamente apto a assumir o cargo. Diante da situação e por força da Lei Orgânica, em seu artigo 29, o

presidente da Câmara assumiu o cargo de Prefeito, exercendo-o por 3 dias, ou seja, até o dia 14 de dezembro, quando, em Sessão Extraordinária, a Câmara recebeu o compromisso de posse do Vice-Prefeito.

A ausência do Tenente-Coronel Teotônio Guimarães foi sendo prorrogada por meio de ofícios encaminhados à Câmara, até o fim do período de mandato. O ilustre Prefeito faleceu em 18 de setembro de 1975.

16º Prefeito: Clodomir de Barros (14/12/61 a 10/08/62)



Clodomir Barros

Nascido em 16 de março de 1919, Sr. Mizinho era filho de Igomer de Barros Pereira e Angelina de Barros. Foi político atuante no município, tendo presidido o extinto PR (Partido Republicano), em Cláudio, e atuado como vereador em 3 legislaturas, quando exerceu grande influência e atuando de maneira enérgica e eficaz a favor do município. Nos anos 70, ele atuou ainda como gerente da antiga Caixa Econômica Estadual. Participou, também, da diretoria da Sociedade Educadora de Cláudio e do Automóvel Clube.

No período de quase oito meses à frente da Administração municipal, Clodomir Barros teve participação dinâmica e comprometida com o município. Foi iniciativa sua o prolongamento da Avenida Araguaia, o que, no futuro, criou uma alternativa de crescimento urbano para a cidade.

Elevou o valor das subvenções destinadas às instituições assistenciais; elevou proventos de ex-servidores municipais; autorizou a aquisição de materiais básicos para o serviço de água da cidade; autorizou a compra de equipamentos de escritório para a Prefeitura; adquiriu ações da CEMIG; autorizou reparos em escolas rurais e urbanas e reclassificou e reajustou os salários dos servidores.

Para contrabalançar essas despesas, instituiu o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), o IPTR (Imposto Predial e Territorial Rural); e elevou a taxa de aferição de pesos e medidas.

Durante sua administração, em 29 de dezembro de 1961, foi criada a Casa de Menores São Tarcísio, iniciativa de um grupo de beneméritos, que contribuiu para melhoria das ações assistenciais no município.

Em 11 de agosto de 1962, em sessão extraordinária da Câmara, foram apresentados dois ofícios que alterariam a chefia do Poder Executivo. O Prefeito licenciado Teotônio Teixeira Guimarães requereu mais 6 meses de licença do cargo, com atestado médico; e o Vice-Prefeito Clodomir Barros comunicou que afastava-se do cargo de Prefeito, que vinha exercendo desde 14 de dezembro de 1961, em substituição ao Prefeito, pelas razões de ter aceitado a candidatura para o cargo de Vice-Prefeito no próximo pleito.

Em virtude da concessão do afastamento e cumprindo disposições regimentais o Presidente da Câmara, Sr. Francisco de Freitas Victoi oficiou ao Vice-Presidente, Sr. Joaquim Alves de Assis que lhe fazia a transmissão do cargo de Presidente da Câmara e consequentemente assumia a Prefeitura do Município.

17º Prefeito: Francisco de Freitas Victoi (11/08/62 a 31/12/62)



Francisco de Freitas Victoi

Francisco de Freitas Victoi nasceu em 11 de novembro de 1918, na Fazenda do Cume, no povoado de Matias, em Cláudio. Era filho de Antônio José de Freitas e Júlia Victoi de Freitas e irmão de Levy Victoi de Freitas e de Domingos Victoi de Freitas. Esses grandes personagens da história claudiense são descendentes dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o Centro-Oeste mineiro – os Victoi, família de Dona Júlia. Pelo lado paterno, Francisco era parente próximo de outro grande nome da política claudiense: Cel. Joaquim da Silva Guimarães - o Quinca Barão.

Francisco de Freitas Victoi, apelidado de “Chico Atala”, foi presidente do Diretório Municipal da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e conseguiu, junto com Cinéias Regino, criar e manter o Ginásio Quinto Alves Tolentino. Foi também benfeitor da Santa Casa de Misericórdia.

Sua participação política, em Cláudio, tem início com sua posse para o cargo de vereador, em 31/01/1951, ocasião em que foi nomeado como líder da UDN na Câmara. Começava aí, uma brilhante atuação no poder Legislativo, em que são marcantes suas atitudes voltadas para o bem-estar da população, e os grandes embates políticos com o também vereador Clodomir Barros, durante a administração municipal de Teotônio Pio da Fonseca.

Durante quatro meses e meio à frente da Prefeitura Municipal, Francisco Victoi procurou dar continuidade às realizações do Prefeito Teotônio Guimarães e do Vice-Prefeito Clodomir Barros.

Dentre suas realizações, destacam-se: Concessão de estímulos às atividades industriais, hoteleiras, hortifrutigranjeiras e agropecuárias; elevação da subvenção da Santa Casa de Misericórdia e concessão de subvenção ao Jardim de Infância da cidade; declaração de Utilidade Pública das obras de reconstrução da igreja Matriz; criação da Taxa Rodoviária e extinção da Taxa de Melhoramentos; criação das taxas: hospitalar, de assistência e de segurança pública e escolar; e modificação da tabela do Código Tributário Municipal.

Na área de obras públicas, Chico Atala autorizou as obras de aterro e desaterro para alinhamento da Avenida Araguaia e ajuda para construção de ponte sobre o córrego na Fazenda da Praia.

Capítulo VIII – Começam os anos 60. Política obscura, anos de chumbo...

Em outubro de 1960 foram realizadas eleições presidenciais. Henrique Teixeira Lott, Adhemar de Barros e Jânio Quadros apresentaram-se como candidatos e venceu Quadros, com maciço apoio popular. Entretanto, ele não correspondeu à expectativa, obtendo grande oposição do Congresso Nacional e da Imprensa, ao se aproximar dos governos de Cuba e da União Soviética. Após condecorar Che Guevara, e ainda mais pressionado, renunciou em agosto de 1961. Seu vice, João Goulart recebeu a faixa presidencial, em setembro, num sistema parlamentarista implantado à força no país. Goulart investiu na mobilização das classes trabalhadoras e, por meio de plebiscito, conseguiu a volta do presidencialismo.

Em Minas, sob o slogan de “prosperidade trabalhando em silêncio”, o governador Magalhães Pinto estendia aos municípios benefícios como a expansão da CEMIG, o surgimento da ERMIG, a criação do BDMG e a construção de centenas de escolas e instalação de hospitais. Essa foi a prosperidade. No silêncio mineiro, Magalhães articulava com a cúpula militar um movimento que marcaria a história brasileira.

Em Cláudio, todos os esforços políticos e populares desse período giraram em torno de uma sigla: CEMIG. Envolvendo os vereadores, o Prefeito, deputados estaduais e até políticos de cidades vizinhas, a cidade se mobilizou para conseguir a implantação dos serviços de força e luz, o que trouxe mais conforto para os cidadãos e melhores condições para seu crescente parque industrial. Em 9 de setembro de 1961, era inaugurado o prédio do Fórum, ao qual foi dado o nome de “José Apolinário”.

As eleições de 1962 apresentaram dois candidatos muito conhecidos do povo claudiense. De um lado, pelo PSD (Partido Social Democrático), Múcio Guimarães Tolentino, candidato a Prefeito e seu candidato a vice, José Augusto Magalhães. Pela UDN (União Democrática Nacional), Dr. Simão Salomé de Oliveira. O candidato inicial ao cargo de Vice-Prefeito do Dr. Simão Salomé era Clodomir Barros, mas sua candidatura foi impugnada pelo Juiz Eleitoral. Foi indicado para o seu lugar o Sr. João Ferreira Pinto. O candidato Múcio Tolentino obteve 1.454 votos, contra 1.292 do adversário. José Augusto Magalhães obteve 1.431 votos, contra 986 de seu concorrente a vice.

18º Prefeito: Múcio Guimarães Tolentino (01/02/63 a 31/01/67)



Múcio Guimarães Tolentino

Múcio iniciou sua primeira administração, com maioria na Câmara Municipal e com um apoio de grande relevância: Dr. Tancredo Neves. E, na prática, a cidade experimentou um tempo de importantes mudanças de infra-estrutura. Seu setor de obras foi o mais atuante e, para tanto, necessitou da criação do cargo de Chefe do Serviço de Obras, Água e Esgoto. Na mesma data (15/05/1963), também foram criados os cargos de Chefe do Serviço de Estradas, Pontes e Próprios, além do cargo de Chefe do Serviço de Educação.

A primeira Lei assinada pelo novo Prefeito foi relativa ao empréstimo para aquisição de máquinas rodoviárias. Múcio Tolentino notou que uma das grandes carências municipais estava na precariedade de suas estradas, que freava o progresso e a distribuição de riquezas. Em decorrência da enorme demanda verificada, em 03 de novembro de 1964, criou o serviço municipal de estradas de rodagem.

Concomitantemente, foram tomadas medidas de aumento da arrecadação, que garantissem a execução de obras pretendidas. Em fevereiro de 1963 foi aprovada a revisão de impostos de imóveis rurais e foram ajustadas as tabelas da Taxa rodoviária e do Código Tributário Municipal.

Um grande número de obras foi executado durante essa primeira administração de Múcio Tolentino, dentre elas, as mais importantes foram: obras de reforma na Escola Custódio Costa e execução de obras da nova captação, ampliação e substituição de redes de distribuição de água da cidade, em 1963; execução de reparos de prédios escolares e execução de serviços de conservação nas estradas de automóvel situadas no município, além da execução de trabalhos de abertura, alargamento e nivelamento de vias públicas situadas na zona suburbana da cidade, em 1965; e realização de obras urbanas na cidade, com ampliação do serviço de água e esgoto; da rede elétrica; abertura e calçamento de ruas, em 1966.

Muitas negociações foram fundamentais para dar uma nova estrutura para a cidade e adaptá-la às necessidades que surgiam. Múcio Tolentino resolveu a situação do antigo prédio do Fórum, por meio de permuta de lotes com o Estado, e procedeu à renovação e readaptação do antigo prédio, destinado a ser sede da Prefeitura. Regularizou a doação do terreno da Escola Inocêncio Amorim, por meio de permuta e doou imóvel ao Estado para construção de escola no Valongo. Também foi iniciativa sua o contrato firmado com a Rede Ferroviária Federal, sobre aluguel do prédio destinado ao funcionamento de repartição policial na cidade.



Prédio do antigo Fórum adaptado para Prefeitura

Na organização da Prefeitura, Múcio Tolentino aumentou a aposentadoria dos servidores e reajustou os vencimentos dos cargos municipais (1963); criou cargos de professoras municipais; criou os cargos municipais de: Chefe do Serviço de Contabilidade; Motorista; Tratorista; Telefonista do Distrito, Auxiliar Administrativo, Chefe do Serviço de água e esgoto; Encarregado da barragem de água, além dos já citados acima.

No relacionamento com outras instituições de interesse popular, a administração de Múcio Tolentino apresentou importantes ações. Em 24 de abril de 1963, foi feita

doação de terreno, na Rua Lambari, para construção da sede da Lira Musical Santa Cecília. Em 16 de dezembro de 1963, passou a conceder subvenção à Casa de Menores São Tarcísio, no período de construção da sede. Na mesma data, contratou médico Diretor para a Santa Casa de Misericórdia. Em 1964, concedeu isenção de impostos à COTECLA (Companhia Telefônica de Cláudio) e em 1965, concedeu isenção da taxa de calçamento à Sociedade São Vicente de Paula.

De grande importância para o município foram: a instalação do Escritório da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), ocorrida em 08 de setembro de 1966; e o convênio assinado com a CARPE (Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado), relativamente à Reforma de grupos escolares estaduais situados neste município. (Rocinha, São Bento, Bocaina, Matias e Cachoeira dos Pios), em 07 de novembro de 1966.

São obras e iniciativas particularmente ligadas à Administração de Múcio Tolentino: a criação da Escola do Tombadouro (1963); a criação do posto telefônico do Distrito de Monsenhor João Alexandre (1965); a aquisição de terreno para o novo cemitério (1965); a autorização para se instalar os repetidores de televisão no município (1966) e a instituição do Código Tributário Municipal (1967).

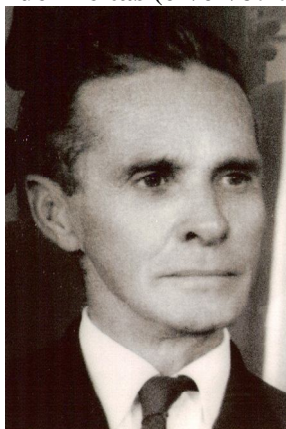
O programa de reformas do presidente Goulart acentuou a radicalização política, crescente desde 1961. Enquanto o governo tinha o apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da UNE, do PTB, dos socialistas e comunistas, por outro lado, organizavam-se grupos que condenavam as Reformas de Base: empresários, fazendeiros, militares e setores da classe média. O presidente participou de um comício junto à Estação Dom Pedro II, na Central do Brasil, quando assinou decretos de nacionalização de empresas e desapropriação de áreas; a resposta foi a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade.” O caldeirão fervia.

Em 30 de março, Jango (como Goulart era conhecido) participou de uma manifestação de sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, tentando ainda conseguir apoio para o seu governo. Entretanto, em Minas, Magalhães Pinto e os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes deram início a um movimento militar que se espalhou pelo país e forçou o exílio do presidente.

O Supremo Comando Revolucionário que assumiu o poder em 1964, começou a governar o país por meio de Atos Institucionais, sendo que o primeiro deles ‘colocou’ o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência. Durante esse primeiro governo, foram criados diversos instrumentos de controle, como o SNI (Serviço Nacional de Informações) e uma lei de greve que, na prática, impedia a realização de greves de qualquer natureza. Iniciou-se um período de perseguições políticas, com a extinção de todos os partidos, e a criação de apenas dois: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Com uma nova constituição, em 1967, o general Costa e Silva enfrentou inúmeras manifestações contrárias, em todo o país. Contra tais movimentos, os militares radicalizaram, elaborando o AI-5, que deu poderes totais ao presidente, inclusive o de fechar o Congresso, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Em Minas, eleito pela oposição em plena vigência do ‘período revolucionário’, o governador Israel Pinheiro preocupou-se em criar uma estrutura de planejamento capaz de promover e orientar com segurança o desenvolvimento. Nesse sentido, foram criados: o Conselho de Desenvolvimento, o Instituto de Desenvolvimento Industrial e a Fundação João Pinheiro.

19º Prefeito: Levi Victoi de Freitas (02/02/67 a 16/07/70)



Levy Victoi de Freitas

A partir de 2 de fevereiro de 1967, Levi voltou a ocupar o cargo máximo do Executivo municipal, instalando a Prefeitura no prédio que ocupa ainda hoje, depois de ter passado por prédios alugados, tais como a casa do Sr. Sigismundo Martins de Amorim (ao lado da Matriz, a partir de 1948 até 1962), do Sr. Naim David (onde antes funcionou o Banco Hipotecário).

Efetivamente ligado à Educação, como professor e intelectual, Levy Victoi de Freitas foi um grande incentivador dessa área da administração. Uma de suas primeiras ações como Prefeito foi a celebração de convênio com a Secretaria Estadual da Educação visando ao aperfeiçoamento do ensino primário na zona rural (13/03/67), onde, mais tarde – abril/1970, criou a escola no povoado de Jacarandá. No mês seguinte, autorizou a doação de área de terreno destinado à construção de grupo escolar na cidade, (hoje, Escola Mateus Salomé). Também autorizou, em 23/10/1967, o dispêndio de quota de merenda escolar e a ampliação e melhoramento de prédios escolares, com a aquisição de mobiliário. Foi iniciativa sua a criação da Biblioteca Pública Municipal, em 28 de novembro de 1969.

Na área de obras públicas, o Prefeito Levi Victoi preocupou-se, primeiramente, com a readaptação do prédio do antigo Fórum, para instalação da Prefeitura (a conclusão dessas obras foi autorizada em 23 de outubro de 1967). Também lhe interessava resolver três problemas: o matadouro municipal, a rodoviária e o cemitério. Quanto ao primeiro, ele autorizou a conclusão das obras de construção em agosto de 1967, tomando empréstimo nesse sentido e adquirindo terreno para ampliação do espaço destinado ao serviço. A Rodoviária teve sua construção autorizada também em 23 de outubro de 1967 e, somente em abril de 1970, houve abertura de crédito especial para sua construção. No entanto, somente no começo da década de 1980, o terminal rodoviário foi construído e inaugurado, na administração de Antônio Gonçalves Prado.

Quanto ao cemitério, Levy autorizou a aquisição de área de terreno para a construção, em 23 de outubro de 1967; em junho de 1970, autorizou a abertura de crédito especial para a construção e não pode dar prosseguimento à obra, em virtude de seu falecimento ocorrido em 17 de julho de 1970, em Divinópolis. O cemitério também foi construído na administração de Antônio Gonçalves Prado, em terreno doado pelo Sr. Clodomir Barros (Mizinho).

Marcaram a terceira e última administração de Levi Victoi de Freitas: Instalação do Serviço Florestal do Estado (abril/1967); criação do Serviço de Televisão no município (outubro/1967); criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

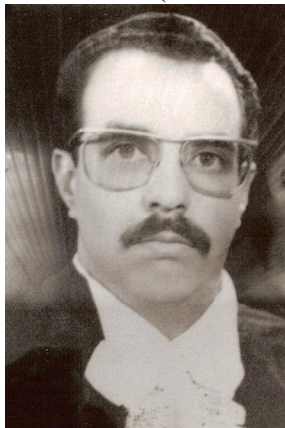
(novembro/1968); aplicação, em convênios, do Fundo de Participação de Municípios e autorização para resgate da Dívida Pública do município (novembro/1969).

Levy Victoi de Freitas foi um grande administrador. Suas idéias e ações sempre tiveram respaldo social e grande alcance na solução de problemas municipais. Em contradição ao administrador anterior, fez muitos cortes na máquina administrativa, extinguindo quase todos os cargos criados anteriormente. Em contrapartida, criou o cargo de Fiscal Geral.

Foi rigoroso e consciencioso no trato das finanças públicas, inclusive aprovando uma Lei que exigia a construção ou reforma de passeio e muro nas propriedades situadas em ruas servidas por calçamento ou asfalto. Também criou a taxa de iluminação pública; encampou a torre repetidora de televisão; instalou redes de água e esgoto; executou obras de calçamento, construiu estradas, pontes; regularizou a situação de residências construídas em patrimônio municipal; e doou ao DNERu o equipamento do poço artesiano pertencente ao município. Em suma, fez uma grande organização administrativa, que hoje chamamos de “enxugamento da máquina”.

Com seu falecimento, o município de Cláudio foi administrado por Geraldo Assis Salomé, durante seis meses e meio.

20º Prefeito: Geraldo Assis Salomé (17/07/70 a 31/01/71)



Geraldo Assis Salomé

Nascido em 19 de março de 1937, na Fazenda Córrego da Areia, no distrito de Monsenhor João Alexandre, Geraldo Assis Salomé era filho de Francisco de Assis Oliveira e de Maria Salomé de Oliveira. Estudou as primeiras letras no distrito, depois continuou os estudos em São João Del Rei e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas. Foi fazendeiro e agroindustrial. Casou-se com Terezinha Gonçalves de Sousa Salomé, com quem teve 4 filhos. Sua influência política tem origem dentro da própria família, uma vez que seu pai, Francisco de Assis Oliveira foi vereador em duas legislaturas (de 1947 a 1951 e de 1963 a 1967). Geraldo Salomé (apelidado de Cuscuz) foi também candidato a Prefeito e a Vice-Prefeito em outros pleitos, sempre com expressiva votação, indicando o reconhecimento da população claudiense por sua passagem pelo Executivo Municipal. A ele foi atribuída a utilização da expressão: “Cláudio Cidade Carinho”.

Em justa homenagem ao falecido Prefeito Levy Victoi de Freitas, Geraldo Salomé, em uma de suas primeiras decisões, abriu crédito especial para pagamento das despesas de funeral do Ex-Prefeito.

No seu pouco tempo à frente da Prefeitura, Geraldo Salomé soube conduzir bem o Poder Executivo, tomando iniciativas consideradas austeras e progressistas, como se o próprio Levy ainda estivesse no cargo. Manteve a mesma linha de trabalho, valorizando

a educação, desenvolvendo obras de infra-estrutura importantes para o município, com a mesma dinâmica e seriedade do antecessor.

No setor de obras, tomou algumas medidas de interesse da população, como a redução da alíquota incidente sobre a taxa de licença para obras particulares (24/julho/1970). Nesse mesmo dia, assinou Lei alterando o nome da Praça XV de Novembro para Praça Levy Victoi de Freitas. Em seguida, também homenageou outro grande homem que trabalhou por Cláudio: deu o nome de Clarimundo Agapito Paes à Biblioteca Pública Municipal.

Autorizou a construção de uma ponte sobre o Ribeirão do Cláudio e de duas salas de aula no prédio do Ginásio Quinto Alves Tolentino. Desapropriou terrenos para abertura de ruas, construção de cemitério, Grupo escolar na Canjerana e cemitério no Matias.



Praça Levy Victoi de Freitas – nome dado pelo prefeito Geraldo Assis Salomé.

São realizações marcantes de seu curto período à frente da Prefeitura: regulamentação da contratação de pessoal pelo regime trabalhista (agosto/1970); criação do cargo de Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (outubro/1970); autorização de celebração de convênio para reforma do prédio da Escola Estadual Quinto Alves Tolentino (outubro/1970) e autorização de aquisição ou desapropriação de terreno rural destinado à construção da Praça de Esportes de Cláudio.

Capítulo IX – Nos anos 70, Cláudio vive momentos de austeridade.

Depois do AI-5 não havia mais qualquer possibilidade de oposição legal ao governo. Assim, o mandato do general Emílio Médici foi o período mais duro, com o silêncio total das oposições. Qualquer manifestação contrária era considerada perigosa. Centenas de brasileiros foram perseguidos, presos ou banidos do país por motivos políticos. Muitos sofreram maus-tratos nas prisões, outros morreram ou desapareceram, em circunstâncias não explicadas. Enquanto grupos armados tentavam desestabilizar o governo militar, o período foi marcado pelo ‘milagre econômico’, com o aumento das exportações agrícolas, investimento em grandes projetos (estradas e hidrelétricas) e expansão da indústria.

“Ninguém segura este País” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o” foram slogans de campanhas publicitárias utilizadas pelos militares para incentivar o ufanismo na população brasileira, diante da prosperidade da classe média. Entretanto, a partir de 1974 o ritmo de crescimento da economia brasileira começou a diminuir, retirando uma base de apoio importante do regime militar e abrindo caminho para sua crise. O modelo econômico desenvolvido pelo governo militar já apresentava sinais de esgotamento e durante o mandato do general Ernesto Geisel, quando inflação, baixos salários e dívida

externa comprometiam a sustentabilidade política, foi anunciada a intenção de promover a ‘abertura’ do sistema político.

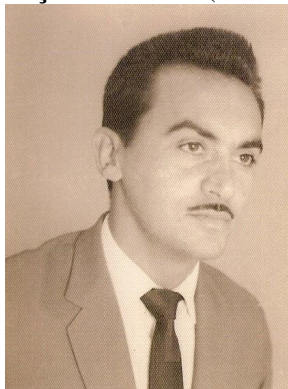
Em Minas Gerais, o governador Rondon Pacheco aproveitou o clima de euforia nos setores oficiais para restaurar as finanças do Estado, saneando o crédito público e conquistando a confiabilidade interna e externa. Entre suas grandes realizações para os mineiros, está o Acordo de Comunhão de Interesses que trouxe a FIAT Automóveis para nosso Estado.

O governador seguinte, Aureliano Chaves, ao final de seu mandato, mostrava que existia em Minas, há dez anos, um quadro de estagnação da taxa de crescimento da produção, em comparação com a taxa de crescimento da população. Ele afirmava que, somente com a dinamização da industrialização, configurada por empreendimentos como a Açominas, Siderúrgica Mendes Júnior e a Helibrás (fábrica de helicópteros), entre outros, o Estado conseguiria atingir as metas do II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.

Enquanto as reuniões da Câmara Municipal de Cláudio transcorriam ora em harmonia, ora em ‘quase pugilato’ buscando-se a melhor solução para as demandas municipais, na prefeitura, homens dinâmicos e conscientes da responsabilidade de gerir o dinheiro público, alternaram-se na chefia do Poder Executivo e proporcionaram grandes realizações para o município de Cláudio. Foi uma época de ‘arregaçar as mangas e construir uma cidade para o futuro’.

A administração municipal esforçava-se em oferecer condições de instalação para empresas de vários segmentos, em especial os de fundição. A Câmara aprovava projetos que doavam terrenos e isentavam os novos empresários de taxas e impostos, além de oferecer a instalação de energia elétrica e água. Esse incentivo aos novos empreendedores era compensado pela futura oferta de mão de obra à população e o retorno dos impostos sobre os produtos acabados.

21º Prefeito: Antônio Gonçalves Prado (01/02/71 a 31/01/73)



Antônio Gonçalves Prado

Também conhecido como “Tampinha”, Antônio Gonçalves Prado foi um dos mais dinâmicos Prefeitos de Cláudio. Dono de um estilo diferente de administrar, procurando sempre economizar no supérfluo, para investir no necessário, ele conseguiu, no seu primeiro e curto mandato, realizar grandes obras e tornar a máquina administrativa mais ágil e produtiva.

Sua primeira ação como Prefeito, em março de 1971, foi elaborar lei sobre o pagamento da dívida ativa, com redução do valor da multa. Na sua visão, era necessário criar meios de obter mais recursos para administrar. Nesse sentido, tomou as seguintes providências: vendeu imóvel do patrimônio municipal (junho/1971); abriu créditos suplementares para as dotações orçamentárias (em mais de uma vez); extinguiu cargos

(junho/1971); adquiriu imóvel na Avenida Presidente Tancredo Neves, (que pertencera ao Banco do Brasil e tinha ido a leilão) com o objetivo de construir ali o Centro Administrativo Municipal, quando se economizaria dinheiro gasto com aluguéis (julho/1971); mandou pagar dívida pública do município junto à CEF (agosto/1971); autorizou o parcelamento do débito para com o INPS (setembro/1971); subscreveu e vendeu as ações da Petrobrás (novembro/1971); anistiou contribuintes pobres da taxa de calçamento; autorizou descontos de IPTU e tarifa de água e, fez uma grande mudança, ao estabelecer o orçamento plurianual de investimentos, relativo ao triênio de 1971 a 1974.

Na área de educação, criou cargos (cadeiras) de professoras junto às escolas rurais; elevou o valor da quota de merenda escolar estipulada em convênio firmado entre a Prefeitura e a CNAE; reajustou salários de professores, melhorando os daqueles que lecionaram em escolas rurais; ampliou a escola Custódio Costa; autorizou pagamento de subvenção à Comissão Municipal do MOBREAL e autorizou pagamento ao fundo especial para alfabetização.

Durante a administração de Antônio Gonçalves Prado foi desapropriado terreno complementar para construção da praça de esportes (março/1971) e foi assinado convênio com o Centro Recreativo de Cláudio (novembro/1972). São também de sua administração as Leis que trataram da comemoração do dia da cidade; da doação da Bandeira do município e sobre a instituição do Símbolo da Bandeira Municipal (agosto/1971).



Obras de construção do Centro Recreativo de Cláudio

Como todo bom administrador, Antônio Gonçalves Prado procurou delegar autoridade e cobrar responsabilidades. Em abril de 1971, criou o cargo de ‘Sub-Prefeito’ no Distrito de Monsenhor João Alexandre. Também melhorou as condições de trabalho dos servidores da Prefeitura: em 02/06/1971, fixou a contribuição do município de Cláudio para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; em novembro/1971, estabeleceu os quadros e respectivos vencimentos dos funcionários municipais e ainda determinou uma gratificação especial (março/1972).

Quanto às obras públicas, o Prefeito ampliou o plano rodoviário municipal (março/1971); ampliou a área do cemitério do Distrito de Monsenhor João Alexandre (maio/1971); criou o cargo de sanitarista (setembro/1971); autorizou a abertura das ruas Goiás e Laguna (março/1972); renovou a sinalização de trânsito (junho/1972); e realizou obras de canalização de rede de esgoto (a partir de outubro/1972).

Importante realização de sua administração foi a celebração de Convênio com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, com fim especial de emissão e distribuição da Carteira de Trabalho, no município (julho/1971). Também assinou importantes convênios: com a ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, em novembro/1971 e com a Associação de Desenvolvimento do Alto Rio Grande – ADARG, em outubro/1972.

Durante seu mandato, houve a inauguração da Sede da Lira Musical Santa Cecília de Cláudio. (07/11/1971)

22º Prefeito: José de Castro (17/02/72 a 04/03/72)

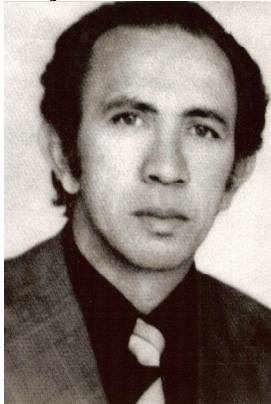


José de Castro

Foi vice-presidente do Cursilho da Igreja Católica de Cláudio; 1º Vice-Presidente e participante do grupo de manutenção da Sociedade Educadora de Cláudio; 1º Secretário do Automóvel Clube de Cláudio (quando José Silveira era presidente);

Durante um período de férias do Prefeito Antônio Gonçalves Prado assumiu o cargo de Prefeito, sem realizar obra ou assinar Lei de relevância para a cidade.

23º Prefeito: Sebastião Gonçalves Rocha (01/02/1973 a 30/01/1977)



Sebastião Gonçalves Rocha

Filho de Sebastião Rocha Aladim e de Cecília Gonçalves Rocha, Sebastião Gonçalves Rocha nasceu em 11 de março de 1930, em Cláudio, tornando-se importante nome da História de Cláudio e um dos responsáveis pelo desenvolvimento do município. Participou de grandes obras como a Sociedade de São Vicente de Paulo, Casa de Menores São Tarcísio, Grupo Escoteiro, Grêmio Cultural e Teatral Claudiense e a famosa gráfica Flâmula, memoráveis exemplos de seu zelo e espírito comunitário.

Depois de trabalhar com os irmãos na Serraria Sacoma, ingressou no Estado, tornando-se funcionário público. Foi auxiliar técnico de Arrecadação, escrivão e, depois, Coletor Estadual. Além do cargo de Prefeito, foi chefe de Gabinete por mais de 6 anos, após 1981.

Uma de suas obras mais importantes como Prefeito, foi batalhar pela implantação e dar início, em 1973, ao primeiro Parque Industrial, doando terreno para as

empresas, como a Fundação Sorinco, por exemplo. Também construiu o Parque de Exposições onde se realizou a Primeira Exposição Agropecuária e Industrial de Cláudio.

As realizações da Administração de Sebastião Gonçalves Rocha, no âmbito da assistência social, foram tão expressivas quanto o forte impulso dado às indústrias de Cláudio. Tião do Aladim (como era conhecido) foi responsável por auxiliar a Santa Casa de Misericórdia na aquisição de equipamentos e na contratação de mão de obra especializada. Assinou convênio entre a Prefeitura e a Fundação Educacional e de Assistência Psiquiátrica – FEAP (21/09/1973); atualizou o valor das subvenções sociais e doou terreno urbano à Sociedade São Vicente de Paulo (30/07/1976).

Na área de Educação, Sebastião Rocha criou mais cargos de professores nas escolas rurais; autorizou o pagamento de subvenção à Comissão Municipal do Mobral (abril/1973); firmou convênio para reforma de prédios escolares estaduais; reajustou salários das professoras; criou o Departamento Municipal de Educação e, na mesma data, criou e reconheceu escolas municipais mantidas pela Prefeitura (28/08/1975).

Sebastião Gonçalves Rocha foi grande impulsionador do progresso claudiense e fomentador da vocação empresarial do município. Em sua administração, a partir de setembro de 1973, houve ampliação do 1º parque industrial de Cláudio e, na sequência, foram tomadas várias iniciativas de incentivo à implantação de indústrias naquele local e em outras áreas do município. O Prefeito, por intermédio da Lei nº8, de 03 de abril de 1974, estabeleceu os critérios e normas relativas à doação de terreno para instalação de indústrias no município.

A partir daí, a Prefeitura, além de doar terrenos, isentou de impostos e taxas municipais, instalou padrões da CEMIG, isentou de taxa de água e instalou aparelhos telefônicos em diversas empresas, com a finalidade de promover o crescimento industrial da cidade. Entre as diversas empresas beneficiadas, estão a Fundação Sorinco Ltda., Tocha Comércio e Indústria, Fundação Diamfer Ltda., Monte Aprazível Comércio e Indústria Ltda., Metalúrgica Vulcano Ltda., Metalúrgica e Serralheria Padre Eustáquio Ltda., Metalúrgica J. S. A Ltda., Cerâmica G. T. C Ltda., entre outras.



Fundição Tocha – uma das pioneiras em Cláudio

Em 10/11/1975, Sebastião Gonçalves Rocha assinou a Lei nº72 que deu a denominação de “Marcelino Corradi” ao Parque Industrial.

No setor de obras públicas, equipou a Prefeitura com uma caminhoneta e máquina niveladora de estradas; construiu praça, alargou ruas; ampliou o Parque de Exposições; autorizou a instalação de hidrômetros; construiu uma ponte no Ribeirão do Corumbá e na estrada CL-32; executou obras na Escola Estadual Inocêncio Amorim.

Entre outras inúmeras realizações, Sebastião Rocha elevou a quota da merenda escolar, instituiu a taxa de iluminação pública, instituiu o prêmio ao Operário Padrão da Prefeitura e filiou o município de Cláudio à Associação dos Municípios da Micro-Região do Vale do Itapeçerica - AMVI.

Sebastião Gonçalves Rocha faleceu em 30 de junho de 2004.

Capítulo X – Nos final dos anos 70, Cláudio tem mais um Prefeito trabalhador.

O processo de abertura política proposto pelos militares, que levaria o país à redemocratização, segundo o próprio presidente Geisel, deveria ser “lento, seguro e gradual”; em outras palavras, deveria ser submetido ao seu controle. A oposição ao regime militar crescia muito e a sociedade se manifestava de variadas formas: nas eleições de 74 e 78 houve expressiva vitória do MDB; várias entidades se envolveram em campanhas pelos direitos humanos (OAB, ABI, etc.); o movimento sindical do ABC paulista crescia. A reação não tardou: em 1977, o presidente fechou o Congresso e impôs o pacote de abril, que determinou eleições indiretas para governadores e criando a figura do ‘senador biônico’, que era escolhido pelo governo. O governo do presidente João Figueiredo continuou o processo lento de abertura política e o pior, mostrou uma grave crise econômica, com desemprego em massa e queda do poder aquisitivo dos salários comprometidos pela inflação.

Ozanam Coelho, mineiro de Ubá, terminou o mandato de Aureliano Chaves, que foi eleito vice-presidente do general Figueiredo. Enfrentou graves problemas decorrentes das chuvas que castigaram o Estado, no início de 1979, mas dedicou-se ao máximo e transmitiu o governo para Francelino Pereira, eleito por decisão do Colégio Eleitoral. O novo governador prometeu especial atenção aos municípios mineiros.

Em Cláudio, a Câmara recusou a proposta do governo do Estado em implantar no município os serviços da COPASA, em 1977, só o aprovando em 1981. Foi um período legislativo bem longo, e com acirradas disputas políticas. Já, na Prefeitura, dois Prefeitos dinâmicos deram grande impulso à cidade. O segundo deles, Inácio Ferreira do Sacramento, trouxe grandes realizações para a cidade.

24º Prefeito: Inácio Ferreira do Sacramento (31/01/1977 a 03/07/1981)



Inácio Ferreira do Sacramento

Filho de José Ferreira da Silva e de Placedina Sacramento da Silva, o grande produtor rural e Ex-Prefeito de Cláudio, **Inácio Ferreira do Sacramento** era aquela pessoa que podemos definir como “homem dinâmico e realizador, participante das melhores iniciativas que surgiram na cidade, seja na lavoura, no comércio ou na indústria”. Foi criado por seu padrinho de batismo – Teotônio Pio da Fonseca – na fazenda Laranjeiras, até os nove anos de idade.

A convivência com uma pessoa honrada, caridosa, íntegra e benfeitora como Teotônio, foi de suma importância para a formação do caráter e personalidade de Inácio, fazendo com que ele herdasse do padrinho o gosto pela política e uma obstinada vontade de ajudar, de contribuir para o bem-estar da comunidade claudiense.

Foi na política que a estrela de Inácio alcançou maior brilho. Foi vereador por três mandatos, sendo sempre o mais votado. A admiração do povo por ele tinha fundamento no seu jeito alegre e brincalhão de ser. Foi Vice-Prefeito na chapa do Sr. Sebastião Gonçalves Rocha, o ‘Tião do Aladim’, no período de 1973 a 1977, pela ARENA.

Inácio deixou o seu exemplo como administrador municipal para todos os que vieram depois dele. Assumiu a Prefeitura em fevereiro de 1977 e a deixou em 03 de julho de 1981, quando faleceu, vítima de um acidente automobilístico, próximo a Mateus Leme, quando seguia de Belo Horizonte para Cláudio.

Sua primeira realização, como Prefeito, foi a assinatura de convênio com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, para manutenção da ordem e segurança (10/02/1977). Além desse, assinou convênios com a EMATER (março/1977); com a Diretoria de Esportes (dezembro/1978); com a Secretária de Estado da Educação para execução do projeto para atendimento de emergência à rede escolar de 1º grau (agosto/1979); com a Comissão de Construção dos Prédios Escolares do Estado – CARPE (dezembro/1979); com a Secretaria de Estado da Saúde, para doação de terreno (julho/1980) e o mais importante: autorizando a concessão dos serviços de abastecimento de água à COPASA - MG em 09/06/1981.

Inácio Ferreira do Sacramento deu continuidade às ações de incentivo à industrialização, ocorridas no mandato de seu antecessor. Em março de 1977, prorrogou o prazo de vigência de preços de terrenos no Parque Industrial Marcelino Corradi. Também concedeu instalação de padrões da CEMIG, isenção de taxas e impostos municipais, doação de terrenos e outras vantagens às novas empresas que se instalavam em Cláudio. Em 29/11/1979, assinou Lei que tratava da compra ou desapropriação de área de terreno para ampliação do referido Parque Industrial.

Dentro da Prefeitura, realizou uma “Reforma Administrativa”, em abril/1977, que criou o Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo. Estendeu essa reforma ao SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, em junho/1978 e, em seguida, ao magistério público municipal de 1º grau, autorizando o pagamento de incentivo à produtividade.

Em favor da comunidade, executou diversas obras e ações especiais: concedeu isenção de multa de débitos inscritos na dívida ativa (maio/1977); manteve a concessão de diversas subvenções sociais; instituiu o Sistema Tributário Municipal (novembro/1977) e o Plano Rodoviário Municipal (janeiro/1978). Assinou Lei delimitando as zonas urbanas e suburbanas da cidade (abril/1978); concedeu descontos para pagamento de IPTU e colocou operários da Prefeitura à disposição da Casa de Menores São Tarcísio (abril/1978).

Cuidou da extinção de formigas; da reforma do Parque de Exposições; construiu pontes, abriu e alargou ruas (Rua São Paulo, por exemplo), reformou escolas da rede municipal, e realizou diversas obras no Distrito. Concedeu permissão para captação de água no Córrego Lava-Pés, para fins industriais (junho/1979) e normatizou o horário de funcionamento do comércio (outubro/1979).

Foram realizações importantes do seu mandato como Prefeito: isenção à COHAB/MG de tributos municipais incidentes sobre terrenos e construções integrantes de conjuntos habitacionais de seu interesse (maio/1980); criação do Serviço de Táxi, no município (outubro/1980); desapropriação de terreno para construção da Estação

Rodoviária (maio/1981) e assinatura de convênio com o DER/MG, para implantação do Terminal Rodoviário de passageiros (junho/1981).

25º Prefeito: Antônio Gonçalves Prado (11/jul/1981 a 31/jan/1983)



Antônio Gonçalves Prado

Contrariamente ao seu desejo, Antônio Gonçalves Prado assumiu novamente a Prefeitura de Cláudio, com o falecimento do Prefeito Inácio, em acidente automobilístico ocorrido em 3 de julho de 1981. A Câmara Municipal, em reunião do dia 06/07/1981, se preparou para receber o compromisso de posse do Sr. Antônio Gonçalves Prado, Vice-Prefeito, no cargo de Prefeito, mas, no entanto, nessa reunião foi lido ofício do substituto solicitando adiamento do ato, em respeito ao luto oficial e em consideração à família do finado. Assim, assumiu em 11/07/1981.

Uma das primeiras realizações de Antônio Gonçalves Prado, nesse seu segundo mandato, foi dar denominação “Inácio Ferreira do Sacramento” ao Parque de Exposições de Cláudio (agosto/1981), numa justa homenagem ao Ex-Prefeito. Posteriormente, em 22 de agosto de 1983, houve a mudança de denominação, passando o nome de Inácio Ferreira do Sacramento a identificar o Terminal Rodoviário de Cláudio, que foi construído nesta administração, em 1982.

Antônio Gonçalves Prado deu continuidade ao incentivo às indústrias nascentes, concedendo isenção de impostos municipais, doando terrenos, favorecendo dentro do possível, visando aumentar o fluxo industrial e a disponibilidade de mão-de-obra, além da circulação de riqueza no município. Nesse sentido, várias Leis foram assinadas em setembro de 1981.

Em novembro de 1981, o Prefeito assinou Lei dispendo sobre a contagem de tempo de serviços municipais prestados, vinculando-a ao regime da Legislação Federal. Também foram feitas alterações no Código de Posturas Municipais e foi elaborado o Código de Edificação e Normas Gerais de Urbanismo (março/1982).

A Prefeitura continuou concedendo subvenções sociais às entidades cadastradas e assinando diversos convênios com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de oferecer à população os melhores programas e avanços de autoria do Executivo Estadual. Entre esses convênios estão: a) implantação do Programa — PES, que consiste na instalação do padrão de entrada simplificada e execução de instalação elétrica interna em domicílio ocupado por moradores considerados de baixa renda (dezembro/1981); b) para construção de Unidade de Saúde no Distrito de Monsenhor João Alexandre (dezembro/1981); c) para construção de quadra poliesportiva na Escola Estadual Maria Dias Coelho (março/1982); d) objetivando o repasse de recursos financeiros pela SEPLAN-MG à Prefeitura desta cidade.

Também foram iniciativas importantes de Antônio Gonçalves Prado, nesse curto período à frente do Executivo: autorização de construção de prédio para funcionamento do Mercado Municipal de Cláudio (abril/1982 – não foi executado); autorização para contratar operação de crédito junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais); negociação com a CEMIG para a execução de obras de eletrificação; aquisição de terreno para doação à COPASA; e construção do cemitério municipal, além do terminal rodoviário, já citado anteriormente.

Durante esse mandato, houve a inauguração do Lar das Meninas “Dona Lôde” (26/07/1981) e foi concedido o título de Utilidade Pública à Lira Musical Santa Cecília (junho/1982).

Capítulo XI – Anos 80, tempos de redemocratização.

O processo vagaroso de ‘abertura’ política teve continuidade em 1982, durante o governo Figueiredo, quando pela primeira vez, desde 1966, os governadores dos Estados foram eleitos diretamente. A oposição conquistou a maioria dos governos estaduais e a sociedade brasileira começou a organizar, no ano seguinte, a campanha das “diretas-já”, que propunha a realização de eleições diretas para a presidência da República ainda em 1984. Infelizmente, a emenda do deputado Dante de Oliveira, que propunha essas eleições não foi aprovada pelo Congresso. Derrotada a emenda, começaram as articulações para a indicação de candidatos à sucessão presidencial. A vitória de Tancredo Neves, do PMDB sobre Paulo Maluf, candidato do PDS representou o fim do regime militar de 1964.

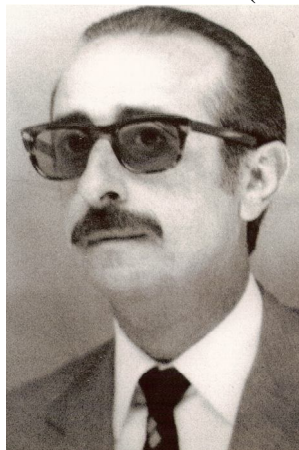
Com a morte de Tancredo Neves, assumiu a presidência, em caráter definitivo, o seu vice José Sarney, que procurou dar sequência ao projeto de redemocratização do país. Em seu governo dois fatores influenciaram o Brasil: a elaboração de uma nova Carta Magna, em 1988 e a implementação de planos econômicos: Cruzado (28/02/1986), Cruzado II (novembro/1986), Plano Bresser (junho/1987) e Plano Verão (janeiro/1989). O governo Sarney terminou em ambiente de recessão econômica e ameaça de hiperinflação.

Em 1989 foram realizadas eleições para a Presidência da República. Apresentaram-se 22 candidatos, representando cerca de trinta partidos. A campanha política tomou praticamente todo o segundo semestre de 89. No primeiro turno, saíram vitoriosos: Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (Frente Brasil Popular – PT/PCdoB/PSB). Venceu Collor, defensor do Projeto Brasil Novo, que prometia o combate à inflação e à corrupção. Dois anos depois, foi constatado que a corrupção estava em seu próprio governo, o que motivou o pedido de impeachment contra sua pessoa. Assumiu o Vice-Presidente, Itamar Franco.

No plano estadual, Tancredo Neves havia deixado o governo de Minas Gerais, que governou de 15/03/1983 a 14/08/1984, ao seu vice, Hélio Garcia, que governou até 1987. Tancredo Neves transformou-se num símbolo de conciliação nacional e de esperança pela volta da democracia.

A cidade de Cláudio, talvez tenha sido uma das que mais sofreu com a morte de seu ilustre amigo Dr. Tancredo Neves. A proximidade do político com a cidade, desde os primeiros tempos, quando visitava os parentes de sua esposa Risoleta Tolentino, até quando conseguia recursos estaduais e federais para Cláudio, trouxe grandes benefícios para o povo claudiense, que merecem sempre a recordação e o reconhecimento.

26º Prefeito: Múcio Guimarães Tolentino (01/02/83 a 31/12/88)



Múcio Guimarães Tolentino

Filho de Quinto Alves Tolentino e de Dona Maria Inês Guimarães Tolentino (dona Quita), Múcio tinha entre seus ilustres irmãos dona Risoleta, que veio a se casar com Tancredo de Almeida Neves, de tradicional família de São João Del Rei. Essa ligação familiar trouxe importantes vantagens para a cidade de Cláudio, tendo em vista a dedicação e amor que o casal – Tancredo e Risoleta – nutriu pela Cidade-Carinho.

O parentesco com Tancredo e a proximidade com o ‘staff’ federal, em Brasília, possibilitaram ao Prefeito Múcio Tolentino conseguir recursos para obras e projetos de grande valor para a comunidade claudiense. Entre as maiores realizações de Múcio Tolentino, à frente da Prefeitura, estão: Construção da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves (Convênio CARPE); Reforma e ampliação das escolas: Inocêncio Amorim, Mateus Salomé (Corumbá), Maria Dias Coelho, Cel. Joaquim da Silva Guimarães e Custódio Costa (Distrito).

Foram instaladas bibliotecas comunitárias nos povoados de Bocaina, Corumbá, Machadinhos, Monsenhor João Alexandre e Ribeirão do Cervo; e foram construídos salões comunitários nos povoados de Formiguinha, Machadinhos, São Bento e Ribeirão do Cervo.

Na área de saúde, foram construídos Postos Municipais de Saúde em Matias, Corumbá e Bocaina; adquiridos quatro gabinetes dentários e um Raio-X, sendo dois para área rural, em sistema de rodízio e dois para a cidade (bairros do Rosário e Bela Vista). Também foram construídos Postos médicos comunitários no povoado de Machadinhos, São Bento, Ribeirão do Cervo e Ribeirão de São Vicente.

Foram concluídas obras de captação, adução e distribuição de água potável no povoado de Matias e Palmital; cita-se, também, a construção de rede de esgoto nos bairros: Bela Vista, Bicame, Crioulo Doido, Dona Lôde, São Geraldo e Novo Mundo.

Também no setor de obras e infra-estrutura, foi feita a aquisição de máquinas agrícolas completas para aração de terras de pequenos produtores; implantação do Sistema de Coletivo Urbano ligando os bairros do Rosário e Bela Vista; Implantação da linha intermunicipal Cláudio-Oliveira; pavimentação com asfalto de Cláudio à BR-381 (Fernão Dias), com extensão de 31 km. Abertura e pavimentação do contorno rodoviário de Cláudio.

Foi reinstalado um Posto Telefônico no Distrito de Monsenhor João Alexandre e instalado um novo posto no Povoado do Corumbá. Foi realizada a eletrificação rural nos povoados de Macacos, Machadinhos, Palmital, Ribeirão do Cervo e Ribeirão de São

Vicente. E foram construídos Centros Esportivos Comunitários nos povoados de: Formiguinha, Machadinhos, Matias, Ribeirão de São Vicente e São Bento.

Durante sua administração, a cidade de Cláudio foi beneficiada com: Instalação de uma Rádio FM, por intermédio do Ministério das Comunicações; Fundação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cláudio (03/05/1983); Fundação da ASIMEC - Associação das Indústrias Metalúrgicas de Cláudio (11/09/1985); Criação do Centro Infantil “Mãe Chica” (13/06/1988) e Fundação da Loja Maçônica “Fraterna Acácia de Cláudio” (19/08/1988).

27º Prefeito: Onias Guimarães Tolentino (01/01/1989 a 31/12/1992)



Onias Guimarães Tolentino

Filho de Quinto Guimarães Tolentino e Maria José Guimarães Tolentino, Onias nasceu em 10 de abril de 1952, em Cláudio, onde reside atualmente. Estudou em Belo Horizonte, onde se graduou em Engenharia.

Num estilo muito parecido com o do seu antecessor, Onias preocupou-se em atender as comunidades rurais, sem se esquecer de executar obras na área urbana da cidade. Antes mesmo de atuar nesse sentido, o Prefeito procurou organizar a Prefeitura e criar mecanismos que possibilitassem o aumento da arrecadação. Em janeiro de 1989, instituiu duas dessas fontes: o Imposto Municipal sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos e o Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

No mesmo mês, autorizou o reajustamento de vencimentos de funcionários e servidores ativos e proventos de aposentadoria, além de iniciar um estudo de organização administrativa, que foi concluído no mês de abril/1989. No seu mandato autorizou a elaboração e aprovação do Regime Jurídico Único para o funcionalismo público Municipal e instituiu o plano de carreira dos servidores públicos da Prefeitura.

Mantendo a mesma política de incentivo às empresas nascentes, prorrogou prazo para instalação de indústria adquirente de terreno no Parque Industrial Marcelino Corradi.

Ao mesmo tempo em que valorizava as iniciativas de empresários, também favoreceu ao cidadão comum, oferecendo descontos no pagamento de débitos tributários para com o município. Por meio de convênios com entidades e secretarias estaduais (Lazer e Turismo, Saúde, Depto. Obras Públicas, DETEL/Telemig, Trabalho e Ação Social, EMATER, Assuntos Municipais, Casa Civil, Educação, IPSEMG), Onias tornou possível administrar num período tão complicado da vida nacional, quando as ‘experiências econômicas’ de ministros tornavam incerto o futuro do país.

Os pacotes econômicos, as constantes desvalorizações da moeda e seus consequentes ‘choques’ fizeram surgir um quadro tenebroso de frequentes reajustes de salários, modificando o jeito de administrar dos Prefeitos, pelo Brasil inteiro. Para se ter uma idéia, durante os quatro anos de mandato, Onias reajustou salários dos servidores municipais (ativos e inativos) 28 vezes (8 vezes em 1989; 11 vezes em 1990; 6 vezes em 1991 e 3 vezes em 1992). Era um processo quase que automático. Para resolver essa situação, o Prefeito teve que autorizar a aplicação de numerário do município através de Mercado Financeiro, em estabelecimentos bancários oficiais (29/05/1991).

Apesar dessas dificuldades oriundas da conjuntura nacional, Onias Guimarães Tolentino soube conduzir bem a administração municipal, mantendo as subvenções sociais; negociando os débitos previdenciários com o IAPAS (depois, INSS) (maio/1989); contratando operações de crédito com o BDMG (dezembro/1989) e contratando obras de eletrificação com a CEMIG.

As principais realizações de Onias Guimarães Tolentino, à frente do Poder Executivo Municipal foram: Instituição do Fundo Municipal da Saúde (junho/1991); instalação de gabinetes odontológicos em Ribeirão do Cervo, Ribeirão de São Vicente e Monsenhor João Alexandre; instalação de equipamentos de Raio-X e lavanderia industrial na Santa Casa; ampliação das instalações da Santa Casa (645 m²); acréscimo de 9.711 metros de tubulações de esgotos na cidade, no distrito e na Bocaina; implantação do serviço de captação e distribuição de água na Bocaina e no Ribeirão do Cervo; reforma e ampliações em 15 escolas rurais e nas escolas da cidade.

Foram pavimentados 29 mil m² de ruas e avenidas e recomposição de 17.569m² de calçamento; também houve a construção das Praças Levi Victoi de Freitas (centro) e Praça 12 de Junho (Conjunto Lázaro Gabriel de Melo), Geraldo Magela (Bicame) e na Rua Maranhão (Valongo). Foi feita a remodelação da Praça de Esportes, com a construção de um ginásio.

Abrindo crédito especial para o Programa de Habitações para famílias de baixa renda (maio/1990), foi possível a construção de 30 casas, no sistema de mutirão, no bairro Bicame.

Também foram iniciativas da administração de Onias: a construção e equipamento do Quartel para a Polícia Militar; construção de postos policiais no Distrito e na Bocaina; melhorias no Parque de Exposições; construção do Centro Recreativo Gentil Magalhães, no Distrito; construção e instalação de Posto Telefônico na Praça dos Ex-Combatentes.

Foi também responsável pela implantação do serviço de transporte coletivo urbano; pela ampliação do Parque Industrial Marcelino Corradi e pelo lançamento do Livro “História de Cláudio” de David de Carvalho.

Capítulo XII – Anos 90 – fim de século e milênio. Um novo começo em Cláudio?

Desde sua posse, o presidente Itamar Franco procurou tranquilizar a opinião pública e os setores da economia, afirmando que o governo não adotaria medidas que surpreendessem a nação. Assim, a convocação do senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda resultou na elaboração de um novo plano econômico. O Plano Real criou a URV (Unidade Real de Valor), um indexador provisório da economia, que serviria como transição até que uma nova moeda – o Real – entrasse em vigor. Após implantar o Real, o ministro FHC candidatou-se à presidência da

República, sendo eleito ainda no primeiro turno, com larga margem de votos. Era o efeito Real que garantia a tranquilidade da população, além de votos.

No seu primeiro mandato como Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar uma emenda constitucional, que criou a reeleição para os cargos eletivos do Executivo, tornando-se o primeiro presidente brasileiro a ser reeleito. Em seu governo houve diversas denúncias de corrupção, dentre as quais merecem destaque as acusações de compra de parlamentares para aprovação da reeleição e de favorecimento de alguns grupos financeiros no processo de privatização de empresas estatais.

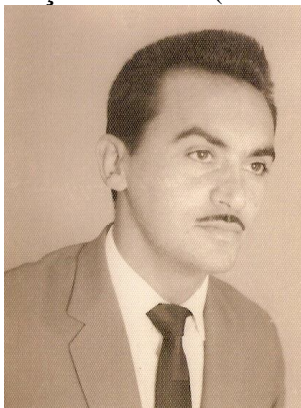
O governador Eduardo Azeredo deu início às privatizações das empresas mineiras, como o BEMGE e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Até a CEMIG começou a ser privatizada. As contas de sua gestão no governo de Minas só se fecharam devido à adição de dinheiro arrecadado com as privatizações.

Assim que tomou posse em 1998, Itamar Franco decretou a moratória do Estado. Primeiramente, tentou, com um conjunto de ações na área financeira, reverter uma situação herdada do governo anterior, na qual "as despesas apresentavam crescimento mais acelerado que as receitas tributárias e encontravam-se concentradas em funções de baixa capacidade distributiva, comprometendo a promoção de um processo de desenvolvimento socialmente justo". Em que pese essa ação inicial, foi em seu governo que a dívida mineira foi equacionada e começou a ser quitada.

Em Cláudio, a Prefeitura assinou diversos convênios com o Estado, opção essa que garantiu a entrada de recursos, know-how, e a estrutura pronta de órgãos estaduais, com grandes benefícios para a comunidade. Com o lançamento do plano Real, em 1994, e a conseqüente estabilização da moeda brasileira os reajustes salariais tornaram-se anuais e a economia local ganhou novo impulso.

No final da década, o Poder Executivo Municipal entrava em estado de tensão, quando o Vice-Prefeito solicitou uma investigação destinada a apurar a prática de atos de improbidade administrativa cometidas pelo Prefeito. No mesmo período, começava a ser construída a nova sede da Câmara.

28º Prefeito: Antônio Gonçalves Prado (01/01/1993 a 31/12/1996)



Antônio Gonçalves Prado

O terceiro mandato de Antônio Gonçalves Prado à frente da Prefeitura de Cláudio provou que a experiência é um fator marcante na vida dos homens públicos. Apesar de já ter obtido expressivos resultados nas administrações anteriores, o Prefeito mostrou que ainda poderia muito fazer pelo município e que seu jeito austero e dinâmico de administrar era um diferencial seu, do qual não se afastaria.

O primeiro e grande problema a ser enfrentado estava na relação com a política econômica do governo federal. Para se ter uma idéia, de 1980 a 1993, o Brasil teve quatro moedas, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização, onze índices para medir a inflação, 16 políticas salariais diferentes, 21 propostas de pagamento da dívida externa e 54 mudanças na política de preços.

Em 1986, durante o governo de José Sarney, foi lançado o Plano Cruzado, que tirou três zeros da moeda corrente até então, o cruzeiro, e deu-lhe o nome de cruzado. Além disso, houve o congelamento de preços e salários e estabelecido o gatilho salarial - os rendimentos eram disparados cada vez que a inflação atingia 20%.

A medida garantiu certo fôlego ao consumidor (1986 fechou com inflação de 76%), mas não durou muito. No ano seguinte, a taxa praticamente quintuplicou. Presidentes e ministros da Fazenda não pararam de lançar novos planos desde então. Vieram o Plano Bresser, de 1987, e o Plano Verão, de 1989, que cortou mais três zeros da moeda e transformou o cruzado em cruzado novo. Mais uma vez os esforços não adiantaram. Em 1989, o reajuste da gasolina foi de 614% no ano e a inflação acumulada ultrapassou de longe a barreira dos quatro dígitos: 1.782,8%.

O mais ambicioso e drástico plano econômico para vencer a inflação foi o famoso [plano Collor I](#), lançado em 1990, pelo presidente Fernando Collor de Mello. A medida alterou mais uma vez a moeda (que voltou a ser chamada de Cruzeiro) e ordenou o confisco dos valores superiores a 50 cruzeiros em cadernetas de poupança e contas correntes de todos os brasileiros por 18 meses. O então presidente ainda lançou o Collor II, tão infrutífero quanto o primeiro.

Após o impeachment de Collor, os índices de inflação beiraram o absurdo. Em 1993, já sob a gestão de Itamar Franco, a marca chegou a atingir 2.708% ao ano. Em 1994, foi lançado um plano econômico muito elogiado. A estratégia traçada pelo ministro da Fazenda e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou-se, enfim, eficaz.

Como pôde ser visto, na pequena síntese apresentada acima, o mandato de Antônio Gonçalves Prado experimentou a sensação de ‘sair do inferno e ir ao céu’. Durante o ano de 1993, pouco se podia fazer, diante da expectativa de um novo governo federal e da esperança em dias melhores. Nesse compasso de espera, em 1993, o Prefeito instituiu dois Conselhos Municipais (de Saúde, em fevereiro, e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “COMAPA” em maio); assinou quatro convênios com o Estado (Segurança Pública, Polícia Militar, EMATER e Procuradoria Geral de Justiça); deu título de Utilidade Pública a cinco entidades e reajustou os vencimentos dos funcionários da Prefeitura em diversas ocasiões, procurando manter o poder aquisitivo dos servidores municipais.

O ano de 1994 começou da mesma maneira, mas com o Plano Real já em articulação. Os títulos de Utilidade Pública atingiam quase todas as entidades e as subvenções sociais estavam em dia. Quanto aos salários dos servidores, houve uma mudança radical: foram reajustados em janeiro e fevereiro, receberam abono em junho e tiveram novo reajuste em setembro. O plano Real acenava para novos tempos.

Em função do Estatuto da Criança e do Adolescente – criado em 1990, o Prefeito estabeleceu a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente em fevereiro/94. Também estabeleceu critérios de atendimento pelo COMAPA (junho/94); doou terreno ao SESI para construção do CAT (Centro de Atividades do Trabalhador), em setembro/94; e instituiu o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, em outubro/94.

Antônio Gonçalves Prado tomou outras iniciativas de grande alcance social e econômico, em 1994. Autorizou o parcelamento da dívida ativa; firmou acordo de

adiantamento de dívida para com o FGTS; assinou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para informatização de dados; criou a Administração Regional do Distrito; doou terreno à 'Indústria e Comércio de Refrigerantes Cláudio Ltda'; e, abriu novos horizontes para o crescimento industrial de Cláudio, com a aquisição de área para construção do Novo Parque Industrial, que recebeu o nome de Paulino Prado, no ano seguinte.

Em 1995, o Prefeito assinou lei que disciplinava a realização de Audiências Públicas, para subsidiar a elaboração orçamentária. A democratização da administração pública repercutiu bem entre as ações do Poder Executivo daquele ano. Também tiveram grande aceitação pública a participação do município no Consórcio Intermunicipal de Saúde (abril/95) e duas iniciativas na área de Educação, que foram: instituição do adicional "Pó de Giz" para o pessoal do magistério municipal (setembro/1995) e a municipalização do ensino pré-escolar (novembro/1995). No final do ano de 1995, foram criados: Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Antônio Gonçalves Prado realizou grandes obras e avanços no município, sem aumento dos gastos com a folha de pagamento dos servidores. Ou seja, foi possível fazer muito e gastar pouco. A organização administrativa e uma série de iniciativas privadas possibilitaram alcançar o sucesso esperado. Vale lembrar que, durante essa administração, foi implantado o sistema de Transporte Escolar; houve a Fundação da APAE de Cláudio (15/02/1995), do Projeto "Proseguir" (17/12/1996); a fundação da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cláudio (20/08/1996); a inauguração da Escola Municipal Dr. Wilson Veado (13/11/1995); a criação do Grupo de Escoteiros "Vinício de Souza Mitre" (23/01/1996); a fundação do Clube da Maior Idade "Renascença" (10/05/1996) e a remodelação completa da Praça dos Ex-Combatentes para o formato atual.

29º Prefeito: Geraldo Ferreira Vaz (01/01/1997 a 31/12/2000) – 1º mandato.



Geraldo Ferreira Vaz

Filho de Inácio Ferreira do Sacramento (Ex-Prefeito de Cláudio), Geraldo Ferreira Vaz, também conhecido como Geraldinho do Inácio, vem de uma família de políticos, pois além do pai, o avô, Teotônio Pio, também participava ativamente da política claudiense, sendo Prefeito e conselheiro (Conselho Consultivo no início da década de 1930).

Geraldinho iniciou sua carreira política em 1982, aos 22 anos de idade, quando foi convidado para concorrer ao cargo de vereador. Apesar de não aceitar, participou da campanha de Sebastião Gonçalves Rocha (Tião do Aladim) e foi acumulando

experiências que o levaram a ser eleito, em 1992, ao cargo de Vice-Prefeito de Antônio Gonçalves Prado.

Em 1996, concorreu ao cargo de Prefeito, tendo como vice o Sr. Bráulio Campos.

As primeiras realizações do 1º mandato de Geraldo Ferreira Vaz foram direcionadas para a Educação. Em 05 de março de 1997, o Prefeito assinou lei dispondo sobre a municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série no município. Em janeiro, já havia assinado lei no mesmo sentido, para a zona rural. Em 30 de setembro do mesmo ano, criou o Conselho Municipal de Educação. Na mesma data, criou também o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social; o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

A situação econômica do país já estava normalizada, com a inflação controlada e o Real fortalecido. Assim, os reajustes salariais a servidores ativos e inativos da Administração Municipal aconteciam anualmente, conforme previsto em Lei.

Durante o seu primeiro ano de mandato, Geraldo Ferreira Vaz firmou vários convênios, contratou financiamento com a Caixa Econômica Federal e procurou aumentar a arrecadação municipal, propondo a cobrança e execução judicial da dívida ativa tributária do Município e estabelecendo normas sobre a cobrança de IPTU, ITBI e taxa de esgoto.

Em 1998, sua primeira ação administrativa foi a assinatura de convênio com a COPASA visando à concessão dos serviços de abastecimento de água do Distrito de Monsenhor João Alexandre. Em seguida, em 11 de fevereiro, assinou Lei doando terreno ao Estado de Minas Gerais para construção da Cadeia Pública e da Delegacia de Polícia.

Em 5 de março de 1998, Geraldo tomou importante decisão ao estabelecer a proteção do Patrimônio Cultural do Município. Ao mesmo tempo em que se preocupava com a preservação da Cultura, dava prosseguimento à política de incentivo iniciada em gestões anteriores, doando imóveis do patrimônio municipal, para instalação de indústrias. Ainda em 1998, instituiu o Código de Posturas do Município de Cláudio (25/09/1998) e aprovou o Plano Plurianual para o triênio de 1999/2001, iniciativa que vinha sendo tomada pelos Prefeitos, desde 1990.

O ano de 1999 foi muito dinâmico e de grandes realizações para o município. Inicialmente, Geraldo Ferreira Vaz autorizou a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA (26 de março); instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos, o Estatuto do Servidor Municipal e a Organização Administrativa da Prefeitura (julho/1999).

Em seguida, instituiu o Código Sanitário do Município de Cláudio (agosto/1999), o Código de Obras e Edificações do Município e a Coordenadoria de Inclusão Social do Deficiente de Cláudio (dezembro/1999).

No ano de 2000, três grandes realizações marcaram o final do 1º mandato de Geraldo Ferreira Vaz: criação do Museu Histórico e Artístico de Cláudio (agosto); delimitação do perímetro urbano e urbanizável da cidade de Cláudio (outubro), e estabelecimento de normas para o parcelamento do solo urbano do Município.

Outras importantes realizações de Geraldinho do Inácio foram: Criação do Departamento de Saúde e implantação do PSF (Programa de Saúde da Família – unidades: “Cônego Manuel da Cruz Libânio” e “Dr. Lincoln Barbosa”); construção do Salão Comunitário do Matias; construção de 3 praças (Capelinha, entorno da igreja Nossa Senhora Aparecida e da Rua Minas Gerais); colocação de 53 mata-burros em

estradas rurais vicinais; construção da Estação de Tratamento de Esgoto no Bairro Santa Cruz; municipalização e tombamento histórico da Escola Cel. Joaquim da Silva.

Durante este seu primeiro mandato, aconteceram: fundação da ASCLART – Associação Claudiense de Artistas e Artesãos “Neném da Sarah” (11/05/1999); e a fundação da COPERMEC (13/06/1998).

Capítulo XIII – Enfim, Cláudio encontra seu caminho, sua vocação.

Fernando Henrique Cardoso conseguiu se reeleger e novamente em primeiro turno, contando com o apoio das mesmas forças políticas que sustentaram seu primeiro mandato. A aliança política congregava o PSDB, o PFL e parte do PMDB. Utilizou como propaganda para essa nova vitória a manutenção da política econômica. E, de fato, o governo prosseguiu com o programa de privatizações das empresas estatais e com o Plano Real. Para controlar os gastos públicos, o governo aprovou a LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal que impede que Prefeitos e governadores, e também o governo federal, gastem mais do que a capacidade de arrecadação prevista no orçamento dos municípios, dos Estados e da União.

No Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderava a oposição. O PT articulou os movimentos sociais e sindicais e as esquerdas de modo geral, formando uma ampla frente de oposição parlamentar.

O processo sucessório colocou em confronto de 2º turno: Luiz Inácio Lula da Silva (PT / Pc do B / PL / PMN / PCB) e José Serra, do PSDB, em aliança com o PMDB. Lula obteve 61,3 % dos votos; e José Serra, 38,7 %.

30º Prefeito: Geraldo Ferreira Vaz (01/01/2001 a 31/12/2004)



Geraldo Ferreira Vaz

Geraldo Ferreira Vaz foi reeleito nas eleições de 2000, tendo como candidato a Vice-Prefeito o atual Prefeito de Cláudio, Adalberto Rodrigues da Fonseca. Iniciou um novo mandato com tempo necessário para concluir projetos encaminhados no mandato anterior e, mais experiente, direcionar o seu trabalho no sentido político de governar, ou seja, procurar melhorias e benefícios para o município em esferas superiores da administração pública estadual e federal.

No primeiro ano desse segundo mandato, Geraldo Vaz tratou de melhor regulamentar os Conselhos criados anteriormente, a exemplo do Conselho de Alimentação Escolar, que recebeu algumas alterações em sua estrutura. Também

firmou convênios, acordos e ajustes de interesse do município, com entidades estaduais e federais.

Seguindo um direcionamento federal de melhoria da qualidade de vida das populações carentes, Geraldo Vaz determinou alterações na legislação sobre a assistência a famílias carentes do município, especialmente aquelas residentes em regiões consideradas de risco. Instituiu, ainda, o programa de garantia de renda mínima associado às ações sócio-educativas (Bolsa Escola), em 27/04/2001.

O ano de 2001 também foi ocasião oportuna para se ajustar o “Plano de Carreiras e de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais” e modificar a organização administrativa da Prefeitura de Cláudio (março/abril/2001). Ainda dentro dessas ações de ajustamento, o Prefeito assinou Lei dispendo sobre incentivo à proteção do patrimônio cultural (abril/2001) e sobre a proteção de bens públicos do ponto de vista ambiental (maio/2001).

O incentivo ao crescimento industrial não foi interrompido em momento algum. Continuando essa política de incentivo, o Prefeito doou terrenos para expansão de indústrias, na área rural e na área urbana. Geraldo Vaz também adquiriu imóvel para ser doado à UEMG/FUNEDI, com o intuito de ser ali construído o Campus Universitário (março/2001). Também foi doado imóvel à ASIMEC (junho/2001).



Lançamento da Pedra Fundamental do Campus da FUNEDI

Outras ações administrativas realizadas no ano de 2001 foram: anistia de multa e de juros para o pagamento de débitos fiscais anteriores a 31/12/2000; assinatura de convênio com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, para estabelecimento de parcerias; criação da Casa de Cultura “Ídia Gregório de Araújo”; celebração de parcelamento de dívida ativa junto ao INSS; delimitação do perímetro urbano do Distrito de Monsenhor João Alexandre; e extinção da UPFMG – Unidade Padrão Fiscal do Município de Cláudio.

Em 2002, a administração de Geraldo Ferreira Vaz deu continuidade às políticas públicas voltadas para a garantia de melhoria de qualidade de vida da população. Uma Lei, nesse sentido, foi assinada em abril, tratando da proteção, conservação e controle do meio ambiente. Outras ações foram tomadas, tais como: instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e lei dispendo sobre a política municipal de atendimento ao idoso. No mesmo ano, o Prefeito continuou com a política de anistia de multas e de juros de débitos fiscais, e instituiu a contribuição de iluminação pública (dezembro/2002).

Na segunda metade desse mandato, Geraldo Ferreira Vaz tomou algumas medidas muito importantes para o município. Entre elas, destacam-se: a aquisição de imóvel para ser utilizado com a implantação de aterro sanitário (maio/2003); assinatura de convênio com a UEMG (julho/2003); autorização para se realizar obras de infraestrutura em conjunto habitacional de interesse social (setembro/2003); e assinatura de Lei dispendo sobre o desenvolvimento urbano no município de Cláudio através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (dezembro/2003).

Durante o último ano do segundo mandato, Geraldo Ferreira Vaz tomou algumas medidas de grande repercussão, dentro e fora da Prefeitura. Em maio/2004, assinou Lei dispondo sobre a aplicação de penalidades à prática de “assédio moral” nas dependências da administração pública municipal direta e indireta por servidores públicos municipais; e Lei sobre a preservação ambiental dos córregos, vias e logradouros públicos no município de Cláudio.

Autorizou a execução de serviços na Granja Radil “Fazenda Vital”, utilizando recursos do município de Cláudio (27/05/2004) e concedeu direito real de uso de imóvel de propriedade do município à empresa Fundimig Ltda (15/09/2004).

Ainda instituiu meia-entrada para estudantes de Cláudio em diversos locais relacionados em lei; negociou com a CEMIG obras de eletrificação rural e urbana para proprietários de baixa renda; concedeu isenção de pagamento de tributos à Casa de Menores São Tarcísio; e tornou obrigatória a remessa à Câmara Municipal, de cópias dos Editais de Licitação e dos Contratos celebrados pelo Poder Executivo municipal.

31º Prefeito: Adalberto Rodrigues da Fonseca (01/01/2005 a 31/12/2008)



Adalberto Rodrigues da Fonseca

Principais realizações da administração de Adalberto Rodrigues da Fonseca, em seu primeiro mandato:

Na área administrativa, onde estão incluídas iniciativas de organização, planejamento, controle e gestão pública, englobando as áreas de tributação, recursos humanos, contabilidade, contratos e licitações, jurídico, controladoria, e finanças, o Prefeito iniciou seu primeiro mandato com medidas de alcance popular, como o parcelamento de tributos e taxas municipais, em até cinco vezes.

No âmbito interno do Poder Executivo, promoveu a alteração do Estatuto do Servidor Público Municipal e regulamentou o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, definindo a revisão de salários em maio de cada ano e utilizando-se o índice do IPCA, como referência.

Foi importante, nessa administração, o acordo e reconhecimento de dívida com a CEMIG, relativa ao mandato do seu antecessor, o que estabelecia a abertura de novos negócios com essa empresa.

No seu primeiro ano de mandato, Adalberto criou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC - do município de Cláudio; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDRS – (com função consultiva e deliberativa) e autorizou

o município de Cláudio a associar-se à Associação dos Municípios Mineradores de MG - AMIG.

Para atender à crescente demanda de serviços públicos, criou os seguintes cargos: Auxiliar de Serviços Gerais, Agente comunitário de Saúde, Auxiliar Rural de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar Administrativo, Agente de vigilância Epidemiológica, Bioquímico, Psicólogo, Enfermeiro PSF I, Professor II, supervisor Pedagógico, Controlador Geral. Além desses, autorizou a nomeação dos candidatos aprovados em Concurso Público, de 2002, especificamente para o provimento de vagas criadas a partir da homologação do referido concurso.

Nessa mesma área administrativa, Adalberto Rodrigues da Fonseca assinou lei definindo a delimitação do perímetro urbano e urbanizável da cidade e do distrito de Monsenhor João Alexandre; apresentou nova Tabela de Avaliação das Edificações; e normatizou um ponto polêmico da administração pública, que trata do ‘nepotismo’, por meio da Lei 1.146. Outra iniciativa relevante nessa área foi a instituição do “Dia da Consciência pela vida” – (10 de maio)

Atuando dentro da Política Nacional de Assistência Social, em novembro de 2007, o Prefeito Adalberto implantou em Cláudio o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – que atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Nas áreas de Cultura e Turismo, foram de grande importância a Criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – (2005) e a instituição do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (2008).

Na Educação, Adalberto assinou convênios importantes, que tiveram grande repercussão prática. Em setembro de 2005, assinou lei concedendo auxílio financeiro para custeio parcial do transporte de estudantes de ensino superior e técnico profissionalizante, para deslocamento às cidades vizinhas. Em seguida, autorizou a celebração de convênios com entidades de ensino superior, públicas ou privadas, para fins de cooperação técnica e estágio no Poder Legislativo e no Poder Executivo.

Quanto aos professores municipais, apoiou o trabalho de magistério, com remuneração de aulas de reposição; com a concessão de gratificações especiais nos finais de ano e instituiu o Plano Decenal Municipal de Educação.

Na área de Obras Públicas, em 2005, Adalberto assinou importante convênio de adesão ao FUNDOMAQ – Programa Máquinas para o Desenvolvimento, com retenção de parcelas mensais das quotas-parte dos recursos relativos ao repasse de receitas tributárias, devidas pelo Estado ao Município. No ano seguinte, o Prefeito assinou Lei autorizando o Poder Executivo a contratar financiamento com o Banco do Brasil ou com a CEF, para aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias – PROVIAS.

Dentro da regulamentação do uso e ocupação do solo, o Prefeito aprovou legislação estabelecendo disciplina para conservação e limpeza de lotes de terreno urbano na circunscrição do Município; obrigando o proprietário de imóvel urbano, espécie lote de terreno, não edificado, a manter e conservar o imóvel de sua propriedade sempre limpo, livre de entulho, mato ou outra espécie de detrito que possa gerar risco à saúde pública ou à segurança da coletividade. Também regulamentou a instalação de

antenas de telecomunicações, quanto à construção, instalação e operação desses equipamentos.

No âmbito da Promoção Social, garantiu a continuidade da concessão de subvenções, auxílios e contribuições às entidades cadastradas e destinou crédito especial para o Fundo Municipal de Assistência Social. Também definiu a outorga de concessão de direito real de uso de área urbana ao Clube de Mães Saud Mitre e ao Serviço Assistencial Quita Guimarães Tolentino.

Adalberto assinou importante convênio destinado à construção, reforma, ampliação ou cessão de uso de imóvel destinado a abrigar Unidades Policiais, espaço para custódia de detentos, cessão de servidores públicos, custeio de material e insumos para funcionamento de unidades de polícia e seus equipamentos, dentre outros objetos relacionados à segurança pública municipal.

Ainda criou dois conselhos importantes: o Conselho Municipal da Mulher, órgão colegiado, consultivo, deliberativo, normativo e orientador das políticas de apoio e defesa da mulher, identificado pela sigla C.M.M; e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área habitacional, e gerenciamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Na área de Saúde, expandiu o número de equipes de profissionais do Programa de Saúde da Família – PSF e criou o Conselho Municipal de Saúde (órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do governo municipal, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.)

32º Prefeito: Adalberto Rodrigues da Fonseca (2009 a 2012)



Adalberto Rodrigues da Fonseca

No seu segundo mandato, Adalberto doou terreno ao INSS, para construção de sua representação municipal. O terreno, situado na Rua Lambari, onde se localizava o antigo cemitério, no centro da cidade, possui área total de 1.188,56 m². O Prefeito também autorizou a doação de terreno de 2.750 m², localizado no Bairro São Bento, à COPASA – Cia. de Saneamento de MG, conforme Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Na administração da estrutura do Poder Executivo, relacionada aos recursos humanos, o Prefeito Adalberto assinou lei alterando a data base para a concessão de revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos, de maio para janeiro. Também regulamentou os gastos com despesas de viagem do ocupante do

cargo de Prefeito; estabeleceu normas para a restituição de valores aos cofres públicos, pelos agentes políticos; regulamentou a efetivação de servidores; instituiu o banco de horas nas relações de trabalho entre servidores e o município; e concedeu abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde e aos agentes de Combate a Endemias, claramente reconhecendo o trabalho e esforço desses profissionais.

Também dentro da área administrativa, o Prefeito instituiu o símbolo oficial da Administração Pública Municipal; instituiu comenda para homenagear as pessoas que tenham se destacado por meio de ações que resultaram em benefício da comunidade; e assinou lei adotando o hino do município de Cláudio.

Na administração da estrutura física do município de Cláudio, o Prefeito Adalberto tomou importantes medidas de regularização imobiliária e de melhorias da infra-estrutura. Por meio de contratação de operações de crédito junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – destinou recursos ao Programa de Modernização Institucional e da infra-estrutura municipal – novo SOMMA; homologou termo de cooperação celebrado com a Companhia de Habitação de MG – COHAB-MG – concedendo à mesma companhia isenção tributária; e declarou zona de expansão urbana área rural ocupada pelo “Condomínio Residencial Balneário Quintas do Lago”, pelo condomínio horizontal fechado “Enseada do Lago”, e pelo “Condomínio Hípica da Lagoa”.

Ainda, no mesmo sentido, autorizou a regularização de imóveis urbanos; legislou sobre a criação de chácaras de recreio mediante implantação de condomínios residenciais fechados; estabeleceu normas para a política pública de parques industriais no município; fixou como destinação industrial algumas áreas municipais; aprovou o perímetro urbano do município e declarou urbana e de expansão urbana área do Corumbá.

Em setembro de 2011, foi aprovada a formação de Consórcio Regional de Saneamento Básico Boa Vista – CORESAB – com a finalidade de dar destinação ao resíduo sólido das cidades de Carmo da Mata, Cláudio, Oliveira, Itapeçerica e Itaguara. Na ocasião, o prefeito Adalberto Rodrigues da Fonseca foi aclamado presidente do Consórcio.

Nas áreas de Cultura e Turismo, o Prefeito Adalberto foi responsável pela criação do Conselho Municipal de Cultura de Cláudio; por ajustes no Fundo Municipal do Patrimônio Cultural; pela instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial no âmbito do município; além de fixar para a última semana do mês de julho a data oficial no calendário das festas populares do município, para realização do rodeio no Parque de Exposições Quinto Guimarães Tolentino.

O Prefeito Adalberto, na área de Educação, fez pequenas modificações na Lei Municipal que concede auxílio financeiro para despesa de transporte dos estudantes claudienses, estipulando percentual do valor do custo mensal do benefício. Também contratou financiamento junto ao Banco do Brasil para as operações de crédito do Programa ‘Caminho da Escola’; e assinou lei incluindo na proposta pedagógica das escolas da rede municipal de ensino fundamental do 1º ao 9º ano a abordagem do tema prevenção e qualidade de vida com amor exigente.

Também foi criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, importante medida, no sentido de envolver a participação da sociedade nos assuntos e programas dessa área que tantos benefícios trazem para a saúde, educação e ordem social.

No setor de Obras públicas destacam-se: a normatização de utilização de caçambas estacionárias para coleta e remoção de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e as penalidades aplicáveis ao descumprimento da lei específica; e a

regulamentação de pavimentação de logradouros públicos em parcelamento de solo urbano.

Outra área que também teve suas demandas atendidas pela administração do Prefeito Adalberto foi a da Promoção Social. Em setembro de 2009, o Prefeito assinou lei estabelecendo normas para o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e sobre o Fundo Municipal de Assistência Social.

No mesmo ano, concedeu Bolsa de Estudo aos servidores públicos municipais lotados no Poder Legislativo; autorizou a doação de bem de uso comum ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ribeirão de Cervo; instituiu a isenção da taxa de inscrição em concurso público, ao cidadão que comprove a sua carência econômico-financeira, além de estabelecer reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, que se submeterem a concurso público.

Foi criado o Conselho Municipal antidrogas; o Programa Municipal de Combate e Prevenção ao Bullying e foram estabelecidas as normas e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do município de Cláudio.

Daniel Sampaio Teixeira
Setembro/2012